A INDEVIDA UTILIZAÇÃO DO INSTITUTO DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

Carolina Rodrigues Batista

EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

Carolina Rodrigues Batista

A INDEVIDA UTILIZAÇÃO DO INSTITUTO DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE
JURÍDICA

1ª ed.

Piracanjuba-GO
Editora Conhecimento Livre
Piracanjuba-GO

1ª ed.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Batista, Carolina Rodrigues
B164A A INDEVIDA UTILIZAÇÃO DO INSTITUTO DA DESCONSIDERAÇÃO DA
PERSONALIDADE JURÍDICA – Piracanjuba-GO

Editora Conhecimento Livre, 2021

52 f.: il

DOI: 10.37423/2021.edcl222

ISBN: 978-65-89145-62-2

Modo de acesso: World Wide Web

Incluir Bibliografia

1. pessoa 2. aplicação 3. teoria I. Batista, Carolina Rodrigues II. Título

CDU: 340

<https://doi.org/10.37423/2021.edcl222>

O conteúdo dos artigos e sua correção ortográfica são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

Corpo Editorial

Dr. João Luís Ribeiro Ulhôa

Dra. Eyde Cristianne Saraiva-Bonatto

MSc. Anderson Reis de Sousa

MSc. Frederico Celestino Barbosa

MSc. Carlos Eduardo de Oliveira Gontijo

MSc. Plínio Ferreira Pires

Editora Conhecimento Livre

Piracanjuba-GO

2020

10.37423/2021.edcl222

Agradeço primeiramente a Deus, que iluminou meu caminho durante essa caminhada. Aos meus pais e toda a minha família que com muito carinho não mediram esforços para me ver finalizando esta etapa na minha vida. Agradeço ao meu professor orientador Jaquiel Robimson que teve paciência e me auxiliou bastante a concluir esta monografia, agradeço também aos meus professores pelos ensinamentos, paciência, e persistência. Aos meus amigos de sala, Mellina Laura, Artur Borges, Kennedy Araujo, Lara Diniz, Amanda Guimarães, Danilo Reis, Carolina Miquilino e Ana Carolina Cruz, pelo incentivo e pelo apoio constante.

Resumo: A presente monografia tem como tema a indevida utilização do instituto da desconsideração da personalidade jurídica, e tem como objetivo solucionar o seguinte problema: Quais seriam os fundamentos quando da aplicação indevida do instituto da desconsideração da personalidade jurídica em decisões judiciais? Desta maneira, com o intuito de solucionar essa problemática, tem-se o objetivo geral de analisar a aplicabilidade correta da desconsideração da personalidade jurídica nos tipos societários empresariais. E como objetivo específico, estudar os contornos da pessoa jurídica, o instituto da desconsideração da personalidade jurídica e os critérios para se caracterizar o instituto da desconsideração da personalidade jurídica. Este tema se justifica pela contínua utilização indevida do instituto da desconsideração da personalidade jurídica, o qual ainda nos dias atuais não obedecem os requisitos legais para se acionar o mesmo, que são a ocorrência de desvio de finalidade ou a confusão patrimonial gerada pelo abuso de personificação. A hipótese deste traz que o instituto da desconsideração da personalidade jurídica não está sendo aplicado corretamente, por que não está sendo observado e seguido corretamente os pressupostos contidos no artigo 50 do Código Civil, que são a demonstração efetiva do desvio de finalidade, da confusão patrimonial. Foi utilizado para a realização deste, o método dedutivo com base em dados dogmáticos-empíricos, se tratando de uma pesquisa teórica com levantamento de dados bibliográficos com relação ao tema que irá analisar acervos digitais, doutrinas, artigos, jurisprudências, artigos científicos, e legislação vigente. A presente monografia tem relevância para o mundo jurídico, em específico para as áreas de Direito Comercial, Direito Civil e Direito Empresarial.

Palavras – chaves: Pessoa. Aplicação. Teoria.

ABREVIATURAS

Art. -	Artigo.
CC -	Código Civil
LGL -	Legal
ONU -	Organização das Nações Unidas
OEА -	Organização dos Estados Americanos
MP -	Ministério Público
STJ -	Superior Tribunal de Justiça
Ed. -	Edição
Resp. -	Recurso Especial
AREsp. -	Agravo em Recurso Especial

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	7
2.1 – ASPECTOS HISTÓRICOS RELEVANTES DA PESSOA JURÍDICA.....	10
2.2 – TEORIAS APLICÁVEIS À PESSOA JURÍDICA.....	11
2.3 – PERSONALIDADE JURÍDICA: CONCEITO E ASPECTOS ESSENCIAIS	12
2.3.1 – PERSONALIDADE JURÍDICA DAS PESSOAS NATURAIS	13
2.3.2 – PESSOAS JURÍDICAS E SUA PERSONALIDADE JURÍDICA	14
2.4 – CAPACIDADE DA PESSOA JURÍDICA	16
2.5 – RESPONSABILIDADES DAS PESSOAS JURÍDICAS.....	17
2.5.1 – RESPONSABILIDADE CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS	17
2.5.2 – RESPONSABILIDADE PENAL DAS PESSOAS JURÍDICAS.....	19
2.6 - PRINCÍPIO DA AUTONOMIA PATRIMONIAL	20
3 – O INSTITUTO DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	22
3.1 – ASPECTOS HISTÓRICOS DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	23
3.2 – TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E A OBRA DE ROLF SERICK	25
3.3 – CRITÉRIOS PARA SE CARACTERIZAR A APLICAÇÃO DO INSTITUTO DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	26
3.3.1 – A DISSOLUÇÃO IRREGULAR DAS SOCIEDADES	28
3.4 – A TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA AO INVERSO	29
4 - A INDEVIDA APLICAÇÃO DO INSTITUTO DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA BASEADA EM CASOS PRÁTICOS.....	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	42
NOTAS	48

1. INTRODUÇÃO

Esta monografia trata da indevida utilização do instituto da desconsideração da personalidade jurídica, instrumento utilizado pelos magistrados com o intuito de coibir os abusos e as fraudes cometidas pelas pessoas jurídicas, por via de seus representantes.

O tema central deste trabalho é a análise da utilização do instituto da desconsideração da personalidade jurídica e sua aplicação indevida, com intuito de solucionar a problemática: Quais seriam os fundamentos quando da aplicação indevida do instituto da desconsideração da personalidade jurídica em decisões judiciais?

Com relação à hipótese a mesma traz que o instituto da desconsideração da personalidade jurídica não está sendo aplicado corretamente, por que não está sendo observado e seguido corretamente os pressupostos contidos no artigo 50 do Código Civil, o qual reflete a teoria maior da desconsideração da personalidade jurídica, exigindo-se, para sua incidência no caso concreto, a demonstração efetiva do desvio de finalidade, da confusão patrimonial; ou seja, do abuso da personalidade jurídica.

O objetivo geral é analisar a aplicabilidade da desconsideração da personalidade jurídica nos tipos societários empresariais pelo Poder Judiciário. Para isso, os seguintes objetivos específicos: estudar os contornos da pessoa jurídica, o instituto da desconsideração da personalidade jurídica e os critérios para se caracterizar o instituto da desconsideração da personalidade jurídica

Para obtenção de respostas e resultados acerca da problematização apresentada nesta monografia, será realizada uma análise através de pesquisa exploratória e descritiva, para as quais foi utilizado como principais fontes os livros de Ana Caroline Santos – Abusos na aplicação da desconsideração da pessoa jurídica -, e o de Maria Gabriela Venturoti Perrota Rios Gonçalves – Direito Comercial, Direito de empresa e sociedades empresárias-,

Para tal, tais objetos serão estudados em fontes secundárias como trabalhos acadêmicos, artigos, livros e afins, que foram aqui selecionados e serão referenciados nas referências bibliográficas.

A reflexão acerca da indevida utilização do instituto da desconsideração da personalidade jurídica, é de urgência e extrema importância, visto que, ainda nos dias atuais, em 2020, ocorrem inúmeras utilizações indevidas deste instituto, as quais não obedecem os requisitos legais para se acionar o mesmo, que são a ocorrência de desvio de finalidade ou a confusão patrimonial gerada pelo abuso de personificação.

Com o intuito de conquistar maior atenção ao tema, o trabalho irá abordar sobre pessoas jurídicas, o instituto da desconsideração das pessoas jurídicas, juntamente com as falhas e incoerências ocorridas no sistema jurídico brasileiro atual através de casos práticos.

O método de pesquisa utilizado é o método dedutivo com base em dados dogmáticos-empíricos, se tratando de uma pesquisa teórica com levantamento de dados bibliográficos com relação ao tema que irá analisar acervos digitais, doutrinas, artigos, jurisprudências, artigos científicos, e legislação vigente.

O primeiro capítulo trata sobre a pessoa jurídica, abordando os aspectos históricos demonstrando que a pessoa jurídica foi originada na Roma Antiga, com o intuito de criar sociedades para várias pessoas pudessem se unir para tratar sobre um interesse em comum, e desde então vem se aperfeiçoando para atender as necessidades das pessoas físicas. Com relação às teorias aplicáveis à pessoa jurídica serão abordadas neste, a teoria da ficção, a teoria da realidade, a teoria negativista e a teoria da instituição.

Em seguida será desenvolvido sobre a personalidade jurídica, a qual foi criada para que uma atividade econômica possa ser realizada, de forma que não se vinculam diretamente o patrimônio dos sócios com o da pessoa jurídica em caso de dificuldades financeiras da sociedade, porém essa personalidade pode ser afastada quando houver infração de ordem econômica por meio de abusos de direitos, infração da lei, excesso de poder, ato ou fato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social.

A pessoa jurídica tem capacidade limitada a finalidade para qual foi criada, desta forma necessitando de um administrador para que possa desempenhar suas atividades, contrair obrigações e cumprir com os seus deveres. A responsabilidade civil da pessoa jurídica tem o objetivo de reparar o dano causado, seja de forma direta, quando a pessoa jurídica é autora do dano, ou de forma indireta, quando o responsável legalmente por responder pela pessoa jurídica pratica algum ato da esfera civil contra o patrimônio de um terceiro. Já a responsabilidade penal da pessoa jurídica, tem o objetivo de punir por meio de penas restritivas de direito, multas ou prestação de serviço à comunidade, as pessoas jurídicas que cometam crimes que sejam de competência da esfera penal, conforme os artigos 3º, 21º e 23º da Lei de nº 9.605/98.

O segundo capítulo aborda o instituto da desconsideração da personalidade jurídica, iniciando pelos aspectos históricos, onde traz que o mesmo foi criado com o propósito de delimitar e regulamentar o poder dos sócios diante das sociedades, para que os mesmos não pudessem realizar fraudes, lesar a sociedade ou a terceiro, e desviar de seus princípios e fins.

O instituto da desconsideração da personalidade jurídica, deverá ser aplicado com a função de impedir que seja realizado a confusão patrimonial causada pelo abuso de personalidade ou desvio de finalidade. Pode também ser aplicado em caso de estado de insolvência, onde é realizado a inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica. Porém, em alguns casos como demonstrar-se-á no decorrer deste trabalho, o instituto da desconsideração da personalidade jurídica está sendo utilizado de forma incorreta.

Com relação ao abuso da personalidade jurídica, o mesmo poderá ser causado por meio do abuso da estrutura formal da pessoa jurídica, no qual os indivíduos que constituem o ente personificado precisam de um instrumento que permita que eles se esquivem da incidência da norma legal ou cláusula contratual, a qual seja desfavorável para os mesmos. Ou por meio do abuso da limitação de responsabilidade, o qual ocorre devido a existência da limitação de responsabilidade dos sócios, obrigando-os a utilizarem, o seu patrimônio pessoal para sanar os débitos sociais até um limite legal, desta forma os sócios passam alguns bens da sociedade para o nome próprio, para que caso a sociedade seja executada não será possível utilizar esses bens para sanar a execução.

Para finalizar o segundo capítulo será realizada uma abordagem sobre a teoria da desconsideração da personalidade jurídica ao inverso, a mesma será aplicada quando o sócio agir de forma fraudulenta, com o intuito de infringir o direito dos seus credores particulares, para isto realizando a transferência de seus bens particulares para a empresa, desta forma poderá ser removido o véu da pessoa jurídica, para que seja acertado com os bens da empresa, uma dívida pessoal do sócio.

Por fim, o terceiro capítulo trata da indevida aplicação do instituto da desconsideração da personalidade jurídica baseada em casos práticos, no qual será realizado uma análise de decisões do Superior Tribunal de Justiça, onde demonstram os erros dos Tribunais do Brasil ao aplicarem o instituto da desconsideração da personalidade jurídica, nos casos de simples desatendimento de crédito titularizado perante uma sociedade, decorrido de falência ou insolvabilidade aos sócios.

2. PESSOA JURÍDICA

A pessoa jurídica surge com o objetivo de atender as necessidades da pessoa natural de atuar com personalidade jurídica na ordem civil, tendo deveres e obrigações a serem cumpridas conforme a lei, a mesma pode ser de direito público, interno ou externo, e de direito privado, a mesma. Embora seja formada por pessoas naturais, as personalidades de ambas não se confundem, pois, a pessoa jurídica tem sua personalidade própria, sendo esta uma das suas principais características.¹

Sendo assim, conforme entendimento de Maria Helena Diniz, a pessoa jurídica é “a unidade de pessoas naturais ou de patrimônios, que visa à consecução de certos fins, reconhecida pela ordem jurídica como sujeito de direitos e obrigações.”, a qual necessita para sua existência de licitude de propósitos ou fins, uma organização de pessoas ou bens, e capacidade jurídica reconhecida por norma.²

2.1 – ASPECTOS HISTÓRICOS RELEVANTES DA PESSOA JURÍDICA

A criação da pessoa jurídica inicia-se na Roma Antiga, na qual houve a criação de formas associativas que não se revestiam de personalidade jurídica, visto que nem todas as associações eram permitidas pelo Estado e que todas as ações deveriam ser liberadas pelo Estado. Estas formas associativas se chamavam de *sodalicia*³, *collegia*⁴ e *fiscus*⁵, as quais se originaram da necessidade do indivíduo de se unir a outras pessoas para defender seu interesse, pois neste momento havia se encerrado o período do *pater famílias*⁶. Porém de acordo com Francisco Amaral e San Thiago Dantas, essas associações não tinham caráter jurídico próprio, visto que o vocábulo *persona* somente era aplicável a ser humano.⁷

Na época imperial inicia-se a concretização do conceito de pessoa jurídica, conforme Alexandre Ferreira de Assumpção Alves haviam três elementos que caracterizavam a pessoa jurídica, que são: 1) quando a corporação pratica atos da vida civil age por meio de um representante especial e não das pessoas que a constituem; 2) seu patrimônio é diferente do patrimônio dos indivíduos que a formam, assim, inexistente a copropriedade dos bens, e os sócios não são responsáveis pelas dívidas, nem podem reclamar uma quota-parte dos seus créditos; 3) sua independência dos seus integrantes, os quais podiam ser submetidos não obstante manter-se imutável a entidade.⁸

João Grandino Rodas traz que, de forma disfarçada, outros entes coletivos passaram-se a organizar corporativamente. A capacidade jurídica se deriva da representação judicial *actorem vel syndicum*⁹ e da existência de patrimônio próprio *arcam habere*¹⁰. A capacidade jurídica era essencial, não sendo o reconhecimento estatal concessivo de personalidade. No Direito Romano existia a corporação ou *universitas de societas*¹¹, a corporação é a titular de direitos e obrigações, que representa em juízo e conclui contratos, e continua existindo mesmo se houver troca de sócios. Já a *societas*¹² é uma relação jurídica contratual entre os sócios, e que normalmente se extingue com a retirada ou a morte de um dos sócios.¹³

Os sócios são sujeitos de direito, que partilham o patrimônio em comum, sendo pessoalmente responsável cada um pelo seu respectivo patrimônio. A autoridade estatal na Alta Idade Média,

desenvolveram várias formas de associações. Os canonistas que foram os pioneiros, denominaram a corporações de *persona*. Inicialmente utilizaram as expressões *persona collegii*¹⁴ e *persona universitatis*¹⁵, e posteriormente criaram a *persona representata*¹⁶ ou *persona ficta*¹⁷, com o intuito de espelhar a teoria da corporação.¹⁸

No século XIII, Sinibaldo Feschi, futuro Papa Inocêncio IV, deu grande estímulo da teoria da *persona ficta sive*¹⁹ *intellectualis*²⁰. O conceito abstrato foi aplicado a outras organizações corporativas e a influenciar os pós-glosadores. Conforme o Direito Germânico primitivo, os bens eram tidos como se pertencessem a um santo, que se tornava devedor e credor. Já o Direito Canônico, a luz desta concepção, criou a ideia de fundação, a qual abrangeu o terreno religioso, o de beneficência e de educação.²¹

A expressão *persona universitatis*, quer dizer que são aqueles que constituem associações de pessoas, com personalidade própria, diferente das dos seus membros, e também patrimônio próprio.²²

De acordo com Sílvio de Salvo Venosa, a pessoa jurídica no Império Romano, se extinguiu quando todos os membros desapareciam, quando tinham finalidade contrárias às ordens públicas, contrariando o Estado e desta forma sendo proibido a sua execução, ou por vontade de seus membros. Com relação a destinação dos bens das fundações e corporações, os mesmos eram destinados ao Estado por serem considerados vacantes.²³

Após o período do Império Romano, a pessoa jurídica tomou grande proporção no século XX, desde então pouquíssimas atividades são realizadas pelo homem como pessoa natural, realizando assim enorme peso na economia, devido a sua potencialidade, a qual ultrapassa o Estado e se tornam supranacionais com relação às empresas multinacionais. Conforme Antonio Chaves “vivemos o século das pessoas jurídicas, senão elas que vivem o nosso século.”²⁴

2.2 – TEORIAS APLICÁVEIS À PESSOA JURÍDICA

Existem quatro correntes principais que explicam o surgimento das pessoas jurídicas, a primeira é a teoria da ficção, a segunda é a teoria da realidade, a terceira é a teoria negativista e a quarta é a teoria da instituição.²⁵

A teoria da ficção, tem como base a doutrina tradicional, sendo fundamentada no Direito Canônico, e se subdivide em duas teorias, sendo a de ficção legal e a teoria da ficção doutrinária.²⁶

A teoria da ficção legal, foi criada por Savigny, o qual afirma que a pessoa natural é capaz de ter relações jurídicas e titularizar direitos subjetivos, e pressupõe que a pessoa jurídica é um ente fictício, criado pelo Estado, o qual somente seria útil como forma de explicar certos direitos a uma coletividade de pessoas físicas.²⁷

Já a teoria da ficção doutrinária, foi definida por Vareilles – Sommieres, sustentando que a pessoa jurídica é uma realização artificial da própria doutrina, sendo assim, não tem valor intelectual e nem existência real. Desta forma as teorias de ficção não explicam a existência do Estado como um ente jurídico, não sendo assim aceita no âmbito jurídico.²⁸

As teorias da realidade trazem sucintamente que a pessoa jurídica é uma realidade social investida de direitos pela ordem jurídica, com a finalidade de realizar a satisfazer certos fins humanos se subdivide em teoria da realidade objetiva ou orgânica, e teoria da realidade técnica.²⁹

A teoria da realidade orgânica ou objetiva, entende que existem organismos sociais que andam junto com as pessoas naturais, possuindo assim uma existência e vontade própria. Afirmando assim que a pessoa jurídica é formalizada pelo valor sociológico.³⁰

A teoria da realidade técnica, traz que a pessoa jurídica é real dentro da realidade técnica, sendo assim, por meio de uma realidade diferente das pessoas naturais. Afirma-se que a personificação dos grupos sociais é de ordem técnica, por ser o meio que o direito encontra para atribuir a existência de grupos capazes.³¹

A teoria negativista nega a existência da pessoa jurídica, alegando que apenas existem seres humanos que necessitam da nomenclatura de pessoa jurídica para obterem a personalidade, com o fim de mascarar um patrimônio coletivo, onde a propriedade é comum mas a administração de bens seja reservada a alguns membros.³²

A teoria da Instituição, foi criada por Maurice Hauriou, trazendo que existe várias realidade institucionais que dão ideia de empresa que realiza e desenvolve projetos, criando assim uma hierarquia, adquirindo a personalidade jurídica quando ocorre a unificação da atuação dos indivíduos de modo que essa atuação se manifesta com o exercício do poder.³³

2.3 – PERSONALIDADE JURÍDICA: CONCEITO E ASPECTOS ESSENCIAIS

A personalidade é consagrada na legislação civil e nos direitos constitucionais de vida, igualdade e liberdade. A capacidade adquirida aos homens através da personalidade é trazida de forma clara no

artigo 1º do Código Civil “toda pessoa é capaz de direitos e deveres”, juntamente com o princípio da igualdade trazido na Constituição Federal.³⁴

2.3.1 – PERSONALIDADE JURÍDICA DAS PESSOAS NATURAIS

Ao falar sobre personalidade jurídica, deve ser analisado o significado de personalidade, como aponta Paulo Nader:

[...] Cada ente humano possui a sua personalidade e esta é o modo individual de ser da pessoa, suas características, seus valores e atitudes. Não há que se confundir a personalidade do ponto de vista da Psicologia – maneira de ser, agir e de reagir – da personalidade jurídica. Esta constitui a aptidão para ser titular de direito e de deveres na ordem civil. [...] ³⁵

A personalidade no âmbito psicológico, traz sobre o caráter, as qualidades, o modo de agir de uma pessoa. Já no campo jurídico, trata dos deveres, direitos, garantias, poderes e prerrogativas, sendo a personalidade jurídica uma aptidão genérica para contrair obrigações e titularizar direitos. Clóvis Beviláqua, se posiciona da seguinte forma:

[...] A personalidade jurídica tem por base a personalidade psíquica, somente no sentido de que, sem essa última não se poderia o homem ter elevado até a concepção da primeira. Mas o conceito jurídico e o psicológico não se confundem. Certamente o indivíduo vê na sua personalidade jurídica a projeção de sua personalidade psíquica, ou, antes, um outro campo em que ela se afirma, dilatando-se ou adquirindo novas qualidades. Todavia, na personalidade jurídica, intervém um elemento, a ordem jurídica, do qual ela depende essencialmente, do qual recebe a existência, a forma, a extensão e a força ativa. [...] ³⁶

Para adquirir personalidade basta ser pessoa, não está condicionada a nenhum requisito, desta forma até mesmo um deficiente mental ou um recém-nascido, tem personalidade jurídica sendo possuidor dos direitos e deveres.³⁷

Mas nem sempre a condição de ser pessoa bastou para que houvesse personalidade jurídica. O Código Civil de 1916 trazia que todo homem era capaz de direitos e deveres na ordem civil, porém o Código Civil de 2002, houve uma mudança no seu artigo 1º, traz que toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil, desta forma não realizando qualquer distinção de raça, cor, sexo, religião, nacionalidade.³⁸

O início da personalidade jurídica de acordo com Direito Brasileiro no artigo 2º do Código Civil de 2002:

[...] A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida”. Maria Helena Diniz traz em seu livro a Resolução nº 1/88 do Conselho Nacional de Saúde, o qual diz que, “a expulsão ou extração completa do produto da

concepção quando, após a separação, respire e tenha batimentos cardíacos, tendo sido ou não cortado o cordão, esteja ou não desprendida a placenta[...].³⁹

Com relação ao nascituro, as opiniões são bastantes divididas, pois o nascituro é o feto em gestação, é o ente concebido, mas não nascido. Quanto a isso surgem três teorias, sendo a concepcionista, a natalista e a intermediária.⁴⁰

A concepcionista, defende que o nascituro é sim uma pessoa, e que a personalidade nasceria após o momento da concepção da vida no útero materno, e do encontro dos gametas masculinos e feminino.⁴¹

A teoria natalista, defende que a personalidade somente é atribuída aquele que nasce com vida, desta forma o nascituro não é pessoa. E por fim a teoria intermediária, a qual traz que, o nascituro é pessoal, desde que nasça com vida, retroagindo assim a personalidade ao momento da concepção.⁴²

Serpa lopes ensina:

[...] Antes do nascimento, portanto, o feto não possui personalidade. Não passa de uma *spes hominis*. É nessa qualidade que é tutelado pelo ordenamento jurídico, protegido pelo código penal e acautelado pela curadoria do ventre...A aquisição de todos os direitos surgidos *medio tempore* da concepção subordina-se à condição de que o feto venha a ter existência: se tal acontece, dá-se a aquisição; mas, ao contrário, se não houver nascimento com vida, ou por ter ocorrido um aborto ou por se tratar de um natimorto, não há uma perda ou transmissão de direitos, como deverá de suceder se ao nascituro fora reconhecida uma ficta personalidade. [...]⁴³

Desta forma, o direito brasileiro reconhece existir na pessoa natural direitos e obrigações, e confere a uma outra pessoa, denominada de jurídica, tais atributos, porque admite a necessidade de sua existência para o atendimento das necessidades humanas.⁴⁴

2.3.2 – PESSOAS JURÍDICAS E SUA PERSONALIDADE JURÍDICA

Com relação a personalidade jurídica para as pessoas jurídicas, conforme o Código Civil de 2002 traz seus artigos 45, 1050 e 985, a personalidade jurídica é adquirida por meio da realização do registro do ato constitutivo.⁴⁵

Art. 45. Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.

Art. 1.150. O empresário e a sociedade empresária vinculam-se ao Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais, e a sociedade simples ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas, o qual deverá obedecer às

normas fixadas para aquele registro, se a sociedade simples adotar um dos tipos de sociedade empresária.

Art. 985. A sociedade adquire personalidade jurídica com a inscrição, no registro próprio e na forma da lei, dos seus atos constitutivos

Qualquer tipo societário previsto em lei pode adquirir personalidade jurídica, salvo as sociedades em comum e as sociedades em conta de participação pois se enquadram no tipo de sociedade não personificadas conforme o subtítulo I, do livro II do Código Civil.⁴⁶

O registro poderá ser realizado nas Juntas Comerciais para as sociedades empresárias, e para as não empresárias será realizado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas. Com a aquisição da personalidade jurídica, a sociedade adquire também direitos e obrigações, autonomia patrimonial, individualidade, responde por seu passivo, e possui poderes para alterar a sua estrutura, tanto no plano econômico quando jurídico.⁴⁷

O art. 40 do CC/2002 (LGL\2002\400) traz a primeira classificação, estabelecendo que "as pessoas jurídicas são de direito público, interno ou externo, e de direito privado".⁴⁸

Como pessoa jurídica de direito público interno tem-se o Estado, desdobrando-se, no sistema federativo brasileiro, nas seguintes esferas: União, Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, bem como as autarquias e associações públicas, consideradas pessoas jurídicas de direito público interno, nos termos do art. 41 do CC/2002 (LGL\2002\400). Ressalvando o parágrafo único que "Salvo disposição em contrário, as pessoas jurídicas de direito público, a que se tenha dado estrutura de direito privado, regem-se no que couber, quanto ao seu funcionamento, pelas normas deste Código".⁴⁹

Conforme o art. 42 do CC/2002 (LGL\2002\400): "São pessoas jurídicas de direito público externo os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público", estas constituídas pelos organismos internacionais, como a ONU, Unesco, OEA e outros.⁵⁰

Por sua vez, as pessoas jurídicas de direito privado se dividem em estatais e particulares. O que determina essa divisão é a origem dos recursos empregados na constituição da pessoa jurídica. Sendo as estatais caracterizada por obter capital através de contribuição do poder público, como por exemplo, as sociedades de economia mista, fundações governamentais, e empresas públicas criadas para a exploração de atividades econômicas. Já as particulares, são as fundações, as sociedades e as associações, as fundações se diferenciam pois não é resultado de uma união de esforços pessoais com uma finalidade em comum, mas sim, a afetação de um patrimônio para um fim comum, e as associações e as sociedades são resultantes da união de esforços pessoais para um único fim.⁵¹

O processo constitutivo de uma pessoa jurídica, é considerado bastante complexo, e é composto por atos subjetivos e objetivos, os quais unem no sentido do reconhecimento da personalidade autônoma, emprestada pelo regular registro, o qual tem o prazo retroativo de 30 dias para a regularização dos atos praticados.⁵²

Marlon Tomazette ao mencionar Francisco Amaral traz que com relação às pessoas jurídicas:

[...] Sua razão de ser está na necessidade ou conveniência de as pessoas singulares combinarem recursos de ordem pessoal ou material para a realização de objetivos comuns, que transcendem as possibilidades de cada um dos interessados por ultrapassarem o limite moral da sua existência ou exigirem a prática de atividade não exercitáveis por eles [...]⁵³

Aplica-se às pessoas jurídicas a proteção dos direitos da personalidade, os quais são consolidados nos artigos 11 ao 21 do Código Civil. Com relação aos efeitos da personalização, são eles: quatro são as consequências da personalização: titularidade processual (capacidade para ser parte processual); responsabilidade patrimonial (patrimônio próprio, inconfundível e incomunicável com o patrimônio de cada um dos sócios) e titularidade obrigacional (capacidade para assumir um dos pólos da relação negocial); a sociedade adquirindo individualidade própria os sócios não se confundem com as mesmas, não adquirindo por esse motivo a qualidade de comerciante.⁵⁴

Por fim, a existência da pessoa jurídica é justificada pela segurança fornecida pela separação patrimonial, entre o patrimônio das pessoas que a constituem e o capital da empresa, sendo esta segurança que fomenta investimentos em atividades empresariais.⁵⁵

2.4 – CAPACIDADE DA PESSOA JURÍDICA

A capacidade da pessoa jurídica advém da personalidade a ela conferida pelo direito no momento do seu registro no órgão competente, em outros termos, como sujeito de direito, o ordenamento jurídico confere à pessoa jurídica a personalidade por ocasião do seu registro, e, por decorrência, a capacidade, nos termos da lei, que se estende a todos os âmbitos do direito.⁵⁶

Possui direitos patrimoniais, obrigacionais, de identificação, de sucessão, industriais e outros próprios da personalidade, podendo exercer os direitos subjetivos. E aqui destaca-se novamente o art. 52 do CC/2002 (LGL\2002\400), cuja norma determina que se aplique às pessoas jurídicas a proteção dos direitos da personalidade, alcançando o direito à integridade moral, imagem e outros, como ocorre em relação às pessoas naturais.⁵⁷

Segundo Paulo Sergio Gomes Alonso ao mencionar Sílvio de Salvo Venosa sobre a capacidade das pessoas jurídicas traz que: "A capacidade é decorrência lógica da personalidade atribuída à pessoa. Se, por um lado, a capacidade para a pessoa natural é plena, a capacidade da pessoa jurídica é limitada à finalidade para a qual foi criada." ⁵⁸

A pessoa jurídica para ser titular de direitos e contrair obrigações necessita de um representante que é o seu administrador, denominado comumente de diretor, gerente, gestor, representante legal, ou outro título que venha a lhe ser conferido no ato de constituição ou pela lei que em nome dela pratica todos os atos necessários para o exercício de suas atividades conforme o artigo 17 do Código Civil de 1916⁵⁹, e o artigo 48 do Código Civil de 2002⁶⁰. O administrador ou os administradores compõem os órgãos sociais das pessoas jurídicas, na forma contemplada no contrato ou estatuto social e nos termos das normas de regências que lhes são aplicadas. ⁶¹

2.5 – RESPONSABILIDADES DAS PESSOAS JURÍDICAS

Com relação às responsabilidades das pessoas jurídicas, foi estabelecido através da lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, que:

[...] As pessoas jurídicas serão responsáveis administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício de sua entidade [...] ⁶²

Desta forma, será abrangido de forma ampla no decorrer desta monografia sobre a responsabilidade civil das pessoas jurídicas e sobre a responsabilidade Penal das pessoas jurídicas.

2.5.1 – RESPONSABILIDADE CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

A responsabilidade civil das pessoas jurídicas se dá de forma direta que é quando é o próprio autor do ato lesivo ou indireta que é quando incide sobre uma pessoa por um ato praticado pelo responsável indicado por lei, ao patrimônio de um terceiro, seja por dolo, culpa ou simples fato, de qualquer forma deverá ser ressarcido pelo agente causador, conforme o artigo 927 do Código Civil de 2002. ⁶³

O objetivo da responsabilidade civil é a reparação do dano, com o intuito de restabelecer o equilíbrio da sociedade. A pessoa jurídica de direito privado ou público é responsável na esfera contratual, extracontratual e civil. Com relação ao direito contratual, o artigo 389 do Código Civil resguarda a parte que for lesada no contrato, "Não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, mais juros e atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado." ⁶⁴

Na esfera extracontratual, as pessoas jurídicas de direito privado, salvo as associações sem fins lucrativos, tem a responsabilidade estabelecida no artigo 927 do Código Civil.

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem. ⁶⁵

Já com relação às sociedades sem fins lucrativos, vem estabelecido a sua responsabilidade nos artigos 932 e 933 do Código Civil.

Art. 932. São também responsáveis pela reparação civil:

I - os pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia;

II - o tutor e o curador, pelos pupilos e curatelados, que se acharem nas mesmas condições;

III - o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele;

IV - os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, mesmo para fins de educação, pelos seus hóspedes, moradores e educandos;

V - os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia.

Art. 933. As pessoas indicadas nos incisos I a V do artigo antecedente, ainda que não haja culpa de sua parte, responderão pelos atos praticados pelos terceiros ali referidos. ⁶⁶

A responsabilidade ainda se divide em objetiva e subjetiva, sendo a objetiva aquela que se resulta no fato danoso e do nexo causal, sendo ela independente de comprovação de dolo ou culpa, formando a teoria do risco. ⁶⁷

Importante salientar que o Código Civil de 2002, admite também em seu texto que a responsabilidade objetiva deve ser utilizada quando provoque danos a todos que estão no rol do artigo 932 do Código Civil de 2002. ⁶⁸

Art. 932. São também responsáveis pela reparação civil:

I - os pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia;

II - o tutor e o curador, pelos pupilos e curatelados, que se acharem nas mesmas condições;

III - o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele;

IV - os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, mesmo para fins de educação, pelos seus hóspedes, moradores e educandos;

V - os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia.⁶⁹

A subjetiva se concentra na ideia de culpa em sentido lato sensu e em sentido estrito, a qual abrange tanto dolo como culpa em sentido estrito, podendo ser ela levíssima, leve ou grave, realizando a violação do direito subjetivo de outra pessoa, que resulte em dano moral ou patrimonial, baseada no artigo 186 do Código Civil de 2002, “Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente”.⁷⁰

Desta forma, podemos concluir que a responsabilidade civil da pessoa jurídica tem o intuito de fazer com que o agente causador que cometer qualquer ato omissivo ou comissivo, o qual tenha causado modificação nas relações jurídicas com o semelhante, ou com conteúdo patrimonial, que resulte em prejuízo, seja responsabilizado.⁷¹

2.5.2 – RESPONSABILIDADE PENAL DAS PESSOAS JURÍDICAS

A responsabilidade penal tem o intuito de punir as pessoas jurídicas que cometam ações contra o ordenamento jurídico na esfera penal, e as punições poderão ser multas, penas restritivas de direito ou prestações de serviço à comunidade.⁷²

As punições na esfera penal para as pessoas jurídicas apenas foram regulamentadas em 1998 através da lei de número 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, conforme artigos abaixo:

Art. 3º: as pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente, conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.

Parágrafo único: A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato.

Art. 21. As penas aplicáveis isolada, cumulativa ou alternativamente às pessoas jurídicas, de acordo com o disposto no art. 3º, são:

I – multa;

II – restritivas de direitos;

III – prestação de serviços à comunidade.

Art. 22. As penas restritivas de direitos da pessoa jurídica são:

I – suspensão parcial ou total de atividades;

II – interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade;

III – proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações.

§ 1º A suspensão de atividades será aplicada quando estas não estiverem obedecendo às disposições legais ou regulamentares, relativas à proteção do meio ambiente.

§ 2º A interdição será aplicada quando o estabelecimento, obra ou atividade estiver funcionando sem a devida autorização, ou em desacordo com a concedida, ou com violação de disposição legal ou regulamentar.

§ 3º A proibição de contratar com o Poder Público e dele obter subsídios, subvenções ou doações não poderá exceder o prazo de dez anos.

Art. 23. A prestação de serviços à comunidade pela pessoa jurídica consistirá em:

I – custeio de programas e de projetos ambientais;

II – execução de obras de recuperação de áreas degradadas;

III – manutenção de espaços públicos;

IV – contribuições a entidades ambientais ou culturais públicas.⁷³

Conforme posição do STJ, ao responsabilizar penalmente uma pessoa jurídica, deverá ser responsabilizada juntamente uma pessoa física, desta forma o STJ diz que o MP não pode formular denúncia exclusivamente a uma pessoa jurídica sem arrolar pelo menos uma pessoa física, sob pena de não ser válida a denúncia.⁷⁴

Luiz Flávio Gomes, também explica que:

[...]Pelo referido dispositivo é possível punir apenas a pessoa física, ou a pessoa física e a pessoa jurídica concomitantemente. Não é possível, entretanto, punir apenas a pessoa jurídica, já que o caput do art. 3º somente permite a responsabilização do ente moral se identificado o ato do representante legal ou contratual ou do órgão colegiado que ensejou a decisão da prática infracional. Assim, conforme já expusemos acima, não é possível denunciar, isoladamente, a pessoa jurídica já que sempre haverá uma pessoa física (ou diversas) corresponsável pela infração. Em relação aos entes morais, os crimes ambientais são, portanto, delitos plurissubjetivos ou de concurso necessário (crimes de encontro). [...] ⁷⁵

Conclui-se que no quesito de responsabilidade penal, a pessoa jurídica perde de certa forma a sua “independência”, sendo que para que se possa formular uma denúncia em favor da pessoa jurídica é necessário que se arrole juntamente uma pessoa física.⁷⁶

2.6 - PRINCÍPIO DA AUTONOMIA PATRIMONIAL

Os princípios têm a função de fundamentar a ordem jurídica, sendo por muitas vezes caracterizados como as raízes das ideias básicas, as quais fundamentam o direito positivo, o mesmos são tão importantes como as regras e normas, se diferenciando apenas por questões qualitativas, como por

exemplo os princípios ordenam que algo seja realizado da melhor forma possível, dentro das possibilidades jurídicas, e fáticas, sendo então mandamentos de otimização. Já as regras são executadas de forma rígidas, somente podendo ser realizado tal ato da forma que está descrito na regra.

[...] Princípio é o mandamento nuclear de um sistema, verdadeiro alicerce dele, disposição fundamental que se irradia sobre diferentes normas, compondo-lhes o espírito e servindo de critério para sua exata compreensão e inteligência exatamente por definir a lógica e a racionalidade do sistema normativo, no que lhe confere a tônica e lhe dá sentido harmônico. Os princípios são, assim como as regras, normas jurídicas. A distinção entre princípio e regras está numa questão qualitativa, no qual os princípios se apresentam com “(...) a extensa proporção de seu âmbito de incidência, de modo a servirem de elementos informadores da interpretação das demais normas jurídicas e a solução de lacunas”. O ponto decisivo na distinção entre regras e princípios é que princípios são normas que ordenam que algo seja realizado na maior medida possível dentro das possibilidades jurídicas e fáticas existentes. Princípios são, por conseguinte, mandamentos de otimização, que são caracterizados por poderem ser satisfeitos em graus variados e pelo fato de que a medida devida de sua satisfação não depende somente das possibilidades fáticas, mas também das possibilidades jurídicas. O âmbito das possibilidades jurídicas é determinado pelos princípios e regras colidentes. Já as regras são normas que são sempre ou satisfeitas ou não satisfeitas. Se uma regra vale, então, deve se fazer exatamente aquilo que ela exige; nem mais, nem menos. Regras contêm, portanto, determinações no âmbito daquilo que é fática e juridicamente possível. Isso significa que a distinção entre regras e princípios é uma distinção qualitativa, e não uma distinção de grau. Toda norma é ou uma regra ou um princípio. [...] ⁷⁷

A autonomia patrimonial é uma das consequências da atribuição de personalidade jurídica que é dada a pessoa jurídica, a qual varia dependendo do tipo de sociedade eleitos pelos sócios no momento da constituição.

[..]A personalidade jurídica das sociedades depende de uma condição prévia: a autonomia patrimonial. Pode haver autonomia patrimonial sem personalidade, mas não está sem aquela. Se pelas dívidas da sociedade responderem os sócios, com todo os seus bens, e os credores de cada um tiver ação para obrigar e executar os bens sociais - certo não poderá surgir a questão da personalidade jurídica da sociedade. Pois este conceito exprime, como realidade fundamental, que é a própria sociedade o titular dos direitos e obrigações emergentes dos actos nela encabeçados; que as consequências desses actos não atingem (pelo menos em primeira linha) a esfera jurídica dos sócios, senão que se repercutem na da corporação ela própria, configurada, portanto, como sujeito distinto. [...] ⁷⁸

O fortalecimento do princípio da autonomia patrimonial é fundamental para passar segurança para o empresário, para que o mesmo possa investir, estando desta forma ligado diretamente ao princípio da inerência do risco na atividade empresarial, o qual traz que o risco sempre existe em uma atividade empresarial, e o princípio da autonomia patrimonial diminui este risco. ⁷⁹

A autonomia patrimonial estava presente no Código Civil de 1916, o qual trazia que basicamente a autonomia patrimonial era a distinção entre a pessoa jurídica e seus membros, principalmente se tratando sobre o patrimônio de ambas. Gonçalves ao citar Furtado, traz que a autonomia patrimonial possui duas fases:

[...] A sua existência tem duas fases: a responsabilização directa da sociedade pelas dívidas decorrentes de sua actividade; a insensibilidade do património social às dívidas particulares dos sócios. A primeira está presente em todas as sociedades do Código das Sociedades Comerciais, mesmo naquelas em que todos (...) ou alguns dos seus sócios (...) são de responsabilidade ilimitada, pois, nesse caso, a sua responsabilidade pelas dívidas sociais é subsidiária, e só poderá executar-se depois de excutido o património social (...). A responsabilidade dos sócios por dívidas sociais, em semelhantes termos, não exclui, portanto, a autonomia patrimonial, comportando-se os de responsabilidade ilimitada como simples responsáveis em garantia por dívidas imputáveis em primeira linha a outra massa patrimonial. A segunda fase, isto é, a insensibilidade do património social às dívidas particulares dos sócios, afirma-se quanto a todas as sociedades, ainda com mais vigor, não sendo em caso algum possível aos credores particulares dos sócios, executar o património social pelos seus créditos, nem sequer na proporção da quota do devedor (autonomia patrimonial perfeita). [...] ⁸⁰

No Código Civil de 2002 não foi reproduzido o texto legal sobre o princípio da autonomia patrimonial, conforme o Código Civil de 1916, como justificativa para a não reprodução, primeiro foi sugerido que o princípio foi elevado a uma condição superior, a qual não necessita de ser positivado para que possa ser utilizado nas relações jurídicas, por outro lado, foi sugerido que o princípio foi desconsiderado, e as relações jurídicas serão regulamentadas conforme a norma do tipo societário que pertencer. ⁸¹

Desta forma, conclui-se que o princípio da autonomia patrimonial tem como principal função garantir ao empresário que o mesmo exerça a sua atividade empresarial de forma segura, principalmente não confundindo o patrimônio dos sócios com o da empresa, assim, não permitindo que o empresário seja responsabilizado por deveres não cumpridos da sociedade empresária. ⁸²

3 – O INSTITUTO DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

O instituto da desconsideração da personalidade jurídica teve sua regulamentação de forma mais objetiva no Código Civil, no qual foi trazido em seu artigo 50, cláusulas abertas e gerais para incorporar

o instituto na legislação. O mesmo trouxe que este instituto deve ser utilizado quando a pessoa jurídica for utilizada de forma indevida, na forma que seja praticado o desvio de finalidade ou a confusão patrimonial, e que seja demonstrado a fraude contra acionistas, sócios, terceiros ou a lei, ou violação à ordem pública que resulte em prejuízo a terceiro.⁸³

3.1 – ASPECTOS HISTÓRICOS DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

Em relação a origem do instituto da desconsideração da personalidade jurídica, o mesmo surgiu com a finalidade de regulamentar e limitar o poder dos sócios perante as sociedades e impedir que os administradores/sócios realizassem desvios de seus princípios e fins, como a realização de fraudes e, conseqüentemente lesando a sociedade ou a terceiros. O qual se chamava também de teoria do levantamento do véu ou teoria da penetração na pessoa física.⁸⁴

A criação desta teoria se inicia nos primórdios do século XVII, quando ocorreu expansão colonial dos estados modernos, dando início a formação de companhia de capital misto sendo elas estatais e privadas, as quais arrecadam um alta quantia, atraindo assim investidores, de acordo com o princípio de que a responsabilidade dos mesmos teria como limite o capital que ultimas ser vertido para o negócio.⁸⁵

As sociedade colonizadoras são o protótipo das sociedades anônimas, as quais no decorrer da revolução industrial do século XIX, a grande indústria, apropriaram-se do modelo para a fabricação de capital para custear a expansão do processo de produção em massa.⁸⁶

O caso que levou a criação desta teoria ocorreu na Inglaterra, em 1897, onde no final do século XIX, o empresário de nome Aron Salomon era proprietário de uma pequena empresa produtora de botas de couro. A mesma foi registrada corretamente com o nome de Aron Salomom Ltda., sendo composta por sete sócios, sendo Aron, a esposa e os seus cinco filhos. Aron transferiu para a empresa o total de 20.000,00 libras para que pudessem iniciar as suas atividades, ficando o mesmo como credor primário, caso a empresa viesse se tornar insolvente. Os anos se passaram e a empresa chegou a falência, diante disto foi nomeado um administrador judicial para pagar os credores e liquidar os bens da empresa, porém foi verificado que o bens da empresa não seriam suficientes para quitar as dívidas com os credores. Foi então assim que em 1895 o caso foi para a Corte Britânica, onde foi decidido que o senhor Aron agiu de má-fé onde incorporou na empresa outros seis sócios que não tinham boa fé e que não tinham independência, e agiu com o intuito de fraudar os credores, desta forma decidindo que seria aplicado na empresa de Aron o instituto da desconsideração da personalidade jurídica.⁸⁷

Após o caso de Aron Salomom , ocorreu o caso de *Daimler Co. Ltda. v. Continental Tyre & Rubber Co.*, o qual contextualizou a possibilidade de confisco de crédito derivado da desconsideração da personalidade jurídica, o mesmo ocorreu entre 1915 e 1916, onde as empresas entraram em conflito, pois o controle acionário da demanda foi vendido aos alemães, porém o crédito desta operação foi retido devido ao surgimento da Primeira Guerra Mundial, acarretando assim uma insegurança às empresas vendedoras devido ao fato de terem suas sedes em nações inimigas. Portanto, a empresa vendedora, acionou a justiça inglesa, com o intuito de fazer com que os sócios da empresa compradora arcasse com o valor devedor, porém a primeira instância e a segunda instância decidiram de acordo que a pessoa jurídica seria estrutura e organismo e que não poderiam ser confundidas com a pessoa de seus sócios, e que a proteção e o reconhecimento de tal autonomia seriam decorrência de lei de constituição. Por sua vez, a câmara dos Lordes, em sua decisão priorizou a defesa da economia nacional, desprezando a nacionalidade societária e a autonomia da pessoa jurídica, desprezando assim o princípios da autonomia patrimonial. Foi considerada uma decisão casuística, política, mas antecipou as hipóteses de desconsideração da personalidade jurídica.⁸⁸

Desde então, o instituto foi sendo aperfeiçoado e foi tendo respaldo legal, inicialmente havia somente o disposto no parágrafo segundo do artigo 2º da Consolidação das Leis do Trabalho de 1943.⁸⁹

[...]Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, ou ainda quando, mesmo guardando cada uma sua autonomia, integrem grupo econômico, serão responsáveis solidariamente pelas obrigações decorrentes da relação de emprego. [...]

Em 1975, de forma ainda não específica foi criado o artigo 59 no Projeto do Código Civil, e no mesmo ano foi escrito também o artigo de Rubens Requião “Abuso de direito e fraude através da personalidade jurídica”, os quais trouxeram um maior respaldo para que os magistrados pudessem julgar com relação às fraudes e abusos realizados por meio da pessoa jurídica.⁹⁰

[...]A pessoa jurídica não pode ser desviada dos fins estabelecidos no ato constitutivo, para servir de instrumento ou cobertura a prática de atos ilícitos, ou abusivos, caso em que poderá o juiz, a requerimento de qualquer dos sócios ou do Ministério Público, decretar a exclusão do sócio responsável, ou, tais sejam as circunstâncias, a dissolução da entidade

Parágrafo único. Neste caso, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, responderão, conjuntamente com os da pessoa jurídica, os bens pessoais do administrador ou representante que dela se houver utilizado de maneira fraudulenta ou abusiva, salvo se norma especial determinar a responsabilidade solidária de todos os membros da administração. [...]

Mais tarde em 1990, o Código de Defesa do Consumidor, trouxe disposição expressa sobre o tema, no tocante às relações de consumo, abrangendo a possibilidade de abuso de direito, excesso de poder, violação dos estatutos ou contrato social, infração da lei ou fato ou ato ilícito.⁹¹

Art. 28. O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social. A desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.

§ 5º Também poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.⁹²

E por fim, em 2002, foi inserido no novo Código Civil o artigo 50, o qual trouxe expressamente e bem regulamentado sobre a aplicabilidade do instituto da desconsideração da personalidade jurídica, trazendo respaldo total ao magistrado para decidir sobre quando será cabível retirar o véu da pessoa jurídica com a finalidade de atingir os administradores⁹³

Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.⁹⁴

3.2 – TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E A OBRA DE ROLF SERICK

Rolf Serick, foi considerado o principal sistematizador da teoria da desconsideração da personalidade jurídica, devido a sua tese de doutorado, a qual foi defendida perante a Universidade de Tubigen, em 1953, com o título de Estatuto jurídico das pessoas jurídica e a realidade, a qual afirma o princípio da autonomia patrimonial.⁹⁵

Como crítica o mesmo traz, a exagerada flexibilização das razões que fundamentam o levantar do véu da pessoa jurídica, podendo simplesmente extinguir materialmente o ente coletivo, o que seria equivalente a negação da pessoa jurídica. A análise de sua tese se iniciou, nas decisões alemãs, as quais são discrepantes com relação a possibilidade de compensação de créditos originalmente contra o governo, de forma extensiva a pessoas jurídicas de direito privado. Todavia são controladas pelo poder público. O primeiro posicionamento do mesmo foi baseado nos casos em que se é possível contatar o uso abusivo da forma da pessoa jurídica, para fraudar a lei, contratos ou terceiros, sendo o abuso, doloso, e algumas vezes se torna em ilícito penal. A sua segunda proposição traz que não seria

possível apenas impor como regra a desconsideração da pessoa jurídica para o efetivo cumprimento da finalidade do negócio jurídica, mas deveria também proporcionar aos constituintes da pessoa jurídica e os investidores o mínimo de segurança possível.⁹⁶

O resultado da pesquisa de Serick, foi a formulação de quatro princípios principais, quais são: 1º) O primeiro princípio traz que o juiz, ao receber o processo deverá identificar o abuso da pessoa jurídica (qualquer ato que através da pessoa jurídica tem o intuito de frustrar a aplicabilidade da lei, prejudicar terceiros de modo fraudulento ou o cumprimento de obrigação contratual), e assim impedir a realização do ilícito, desconsiderando assim o princípio da separação entre sócio e pessoa jurídica; 2º) O segundo princípio da teoria da desconsideração, traz com mais exatidão as hipóteses em que devem preservar a autonomia, afirmando que “não é possível desconsiderar a autonomia subjetiva da pessoa jurídica apenas porque o objetivo de uma norma ou a causa de um negócio não foram atendidos”, em outras palavras, não a prova da insatisfação de direito de credor da sociedade, para se caracterizar como desconsideração da pessoa jurídica; 3º) O terceiro princípio, traz o critério adequado para solucionar questões como a raça ou nacionalidade de sociedades empresárias, conforme citação a seguir.

[...] Aplicam-se à pessoa jurídica as normas sobre a capacidade ou valor humano, se não houver contradição entre os objetivos destas e a função daquela. Em tal hipótese, para atendimento dos pressupostos da norma, levam-se em conta as pessoas físicas que agiram pela pessoa jurídica[...]

4º) O quarto e último princípio, diz que cabe desconsiderar a autonomia da pessoa jurídica quando a lei prevê determinada disciplina para os negócios jurídicos entre dois sujeitos distintos, conforme citação “se as partes de um negócio jurídico não podem ser considera um único sujeito apenas em razão da forma da pessoa jurídica, cabe desconsiderá-la para aplicação da norma cujo pressuposto seja diferenciação real entre aquelas partes”.⁹⁷

3.3 – CRITÉRIOS PARA SE CARACTERIZAR A APLICAÇÃO DO INSTITUTO DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.

De acordo com o entendimento do Dr. César Fiuza o instituto da desconsideração da personalidade jurídica, veio para inibir o desvio de finalidade ou a confusão patrimonial gerada pelo abuso de personificação.

[...]Em primeiro lugar, devemos ter em mente que a desconsideração da personalidade jurídica é medida anômala excepcional, cujas hipóteses mostram-se corretamente dispostas no art. 50 do Código Civil. Tendo isto em mente, há de se partir dos dois requisitos independentes para a aplicação da teoria: desvio de finalidade ou confusão patrimonial, perpetrados através do abuso da estrutura da personificação. [...] ⁹⁸

A desconsideração da personalidade jurídica abrange duas teorias, sendo a Teoria Maior, a qual é regulamentada pelo artigo 50 do Código Civil, baseada na confusão patrimonial ou desvio de finalidade e a Teoria Menor que é, adotada pelo § 5º do art. 28 do Código de Defesa do Consumidor, baseada na insolvabilidade pura e simples e outras hipótese. ⁹⁹

A teoria Maior é primordialmente caracterizada pelo desvirtuamento de uma função, não sendo suficiente apenas que seja descumprida uma obrigação por parte da pessoa jurídica, nessa linha de pensamento o 1º Tribunal de Alçada Civil de São Paulo, se pronunciou:

[...]Percalços econômicos financeiros da empresa, tão comuns na atualidade, mesmo que decorrentes da incapacidade administrativas de seus gerentes, não se consubstancia por si sós, em comportamento ilícito e desvio de finalidade da entidade jurídica. Do contrário, seria banir completamente o instituto da pessoa jurídica. [...] ¹⁰⁰

A mesma se subdivide em subjetiva e objetiva, sendo a subjetiva caracterizada por ter como principal pressuposto o desvio de função da pessoa jurídica, o qual se concretiza através da fraude e do abuso de direito relativo a autonomia patrimonial. Já a teoria maior objetiva surgiu devido ao não entendimento pacífico devido a teoria subjetiva, trazendo que a confusão patrimonial é o principal requisito para se aplica a desconsideração da personalidade jurídica, demonstrando claramente a existência de uma separação entre o patrimônio da pessoa jurídica e o dos sócios, partindo desta premissa conclui-se que a fraude e o abuso de direito ligados a autonomia patrimonial são fundamentos suficientes para a aplicação deste instituto. ¹⁰¹

Com relação a teoria menor, a mesma vem regulamentada no artigo 28, do Código de defesa do consumidor, e faz referência a má administração da pessoa jurídica, na qual ocorre a falência da sociedade empresária, a insolvência da fundação ou associação, ou inatividade de qualquer uma delas ou mesmo o encerramento da pessoa jurídica. ¹⁰²

Esta não investiga ou considera o possível desvio de finalidade ou a confusão patrimonial, mas considera a aplicação do instituto quando o consumidor for impossibilitado de ressarcir-se dos prejuízos causados pelo fornecedor. Como crítica a esta teoria, a doutrina traz que para se aplicar a desconsideração é necessário comprovar o desvio de finalidade ou a confusão patrimonial, não

bastando apenas que seja criado um obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.¹⁰³

Após a ocorrência da desconsideração, Humberto Teodoro Jr. entende que o juiz deveria analisar e processar medidas alternativas com o intuito de sanar a situação, antes de dar início a lide.¹⁰⁴

[...]Demonstrando o credor estarem presentes os requisitos legais, o juiz deveria levantar o véu da personalidade jurídica para que o ato de expropriação atingisse os bens particulares de seus sócios, de forma a impedir a concretização de fraude à lei ou contra terceiros. Somente após a desconsideração, os sócios eram chamados a integrar a lide e interpor os recursos cabíveis. [...]

Com a comprovação da existência dos requisitos para se caracterizar o instituto da desconsideração da personalidade jurídica e proposta a lide, o juiz deverá atingir os bens particulares dos sócios para o fim de sanar a fraude ocorrida, conforme traz Sílvio de Salvo Venosa.¹⁰⁵

[...]A teoria da desconsideração autoriza o juiz, quando a desvio de finalidade, a não considerar os efeitos da personificação, para que sejam atingidos bens particulares dos sócios ou até mesmo de outras pessoas jurídicas, mantidos incólumes, pelos fraudadores, justamente para propiciar ou facilitar fraude. Essa é a única forma eficaz de tolher abusos praticados por pessoa jurídica, por vezes constituída tão-só ou principalmente para o mascaramento de atividades dúbias, abusivas, ilícitas e fraudulentas. [...]

Conclui-se que, os critérios para se caracterizar a aplicação do instituto da desconsideração da personalidade jurídica se baseiam na comprovação de abuso pelo desvio de finalidade ou confusão patrimonial na teoria Maior, e na teoria Menor bastando comprovar o mero prejuízo para o credor.¹⁰⁶

3.3.1 – A DISSOLUÇÃO IRREGULAR DAS SOCIEDADES

A dissolução irregular das sociedades ocorre quando os sócios deixam de seguir os requisitos legais que são necessários para findar uma sociedade de acordo com as Instruções Normativas nº 98/2003 e 100/2006 do Departamento Nacional de Registro do Comércio, as quais são: a extinção da personalidade jurídica, o ato de dissolução (distrato contratual), a partilha do acervo social restante entre os sócios, e a liquidação do patrimônio.¹⁰⁷

Em se tratando de casos que ocorrem a irregular dissolução, ocorre a indagação sobre a possibilidade de ser aplicada a teoria da desconsideração da personalidade jurídica, com o intuito de responsabilizar os sócios sobre este ato irregular e também para que os mesmos assumam as devidas responsabilidades perante aos credores da sociedade. Assim, o STJ decidiu por meio da Súmula 435, “Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem

comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente”, que em casos de débitos na dívida ativa, será sim desconsiderada a pessoa jurídica e os sócios serão responsáveis pelos débitos.¹⁰⁸

Com relação às dívidas negociais, as turmas que compõem a segunda seção do STJ decidiram que somente a dissolução irregular não é fundamento suficiente para se aplicar o instituto da personalidade jurídica, assim não admitindo a aplicação da Súmula 435 do STJ neste sentido, por exemplo conforme o agravo no AREsp 550.419/RS.¹⁰⁹

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. ALEGAÇÃO GENÉRICA. INOVAÇÃO EM SEDE DE AGRAVO REGIMENTAL. IMPOSSIBILIDADE. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. ART. 50 DO CC/2002. TEORIA MAIOR. DISSOLUÇÃO IRREGULAR. INSUFICIÊNCIA E INEXISTÊNCIA DE PROVA. AFERIÇÃO DA PRESENÇA DOS ELEMENTOS AUTORIZADORES DA TEORIA DA DISREGARD DOCTRINE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

(...)

A mera demonstração de insolvência da pessoa jurídica ou de dissolução irregular da empresa sem a devida baixa na junta comercial, por si só, não ensejam a desconsideração da personalidade jurídica. Precedentes.

(...)

(AgRg no AREsp 550.419/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 28/04/2015, DJe 19/05/2015)

É importante salientar o princípio da presunção de inocência, o qual é estabelecido no artigo 5º, inciso LVII da Constituição Federal, trazendo que ninguém poderá ser declarado culpado até o trânsito em julgado da sentença. Sendo assim, o sócio responsável somente será devidamente responsabilizado após o trânsito em julgado do processo, e a partir disto arcar com todas as dívidas.¹¹⁰

3.4 – A TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA AO INVERSO

A teoria da desconsideração da personalidade jurídica ao inverso, ocorre quando o sócio utiliza a empresa de forma fraudulenta para violar o direito dos seus credores particulares, transferindo os seus bens particulares para a empresa, e neste caso, a justiça poderá retirar o véu da pessoa jurídica com o intuito de liquidar dívidas pessoais dos sócios com o patrimônio da empresa.¹¹¹

Felipe Palhares, ao citar Pedro Henrique Torres Bianqui em seu artigo, traz que a teoria da desconsideração da personalidade jurídica ao inverso deverá ser a última opção, em casos excepcionais, pois existem várias possibilidades para que os credores das pessoas dos sócios consigam liquidar esta dívida sem atingir o patrimônio da empresa, como é citado pelo mesmo “como a penhora

das quotas ou ações do sócio, penhora de seus dividendos, declaração de insolvência civil do sócio etc.”¹¹²

Ao atingir o patrimônio da empresa poderá causar vários efeitos que a prejudiquem como por exemplo “a responsabilização da sociedade para arcar com dívidas pessoais dos sócios pode acarretar a descapitalização da empresa, a redução do patrimônio social e, conseqüentemente, a diminuição da garantia dos credores da sociedade empresária, consubstanciada no próprio capital social integralizado.”¹¹³

Esta teoria poderá ser utilizada também sempre quando o cônjuge utilizar a pessoa jurídica para subtrair do outro direitos originários da sociedade afetiva, sendo transferindo o patrimônio pessoal para a empresa ou quando na véspera do divórcio realizar uma aparente retirada da sociedade, ressaltando que o cônjuge que foi lesado que obtém a legitimidade para propor ação e solicitar que seja utilizado essa teoria, desta forma o juiz irá desconsiderar a autonomia patrimonial da pessoa jurídica, responsabilizando a mesma pelas obrigações do sócio.¹¹⁴

É importante salientar que a desconsideração da personalidade jurídica ao inverso não possui regulamentação legal específica, apesar de ser necessária e utilizada, no dias atuais a mesma vem regulamentada de forma ampla nos artigos 77 a 79 disponível no site do Senado Federal, e na jurisprudência do STJ, no julgamento do Resp 948.117/MS, da relatoria da Ministra Nancy Andrighi.¹¹⁵

Art. 77. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado na forma da lei, o juiz pode, em qualquer processo ou procedimento, decidir, a requerimento da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou dos sócios da pessoa jurídica ou aos bens de empresa do mesmo grupo econômico.

Parágrafo único. O incidente da desconsideração da personalidade jurídica:

I – pode ser suscitado nos casos de abuso de direito por parte do sócio;

II – é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e também na execução fundada em título executivo extrajudicial.

Art. 78. Requerida a desconsideração da personalidade jurídica, o sócio ou o terceiro e a pessoa jurídica serão citados para, no prazo comum de quinze dias, se manifestar e requerer as provas cabíveis.

Art. 79. Concluída a instrução, se necessária, o incidente será resolvido por decisão

Interlocutória impugnável por agravo de instrumento.

[...]DIREITO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL. DESCONSIDERAÇÃO INVERSA DA PERSONALIDADE JURÍDICA. POSSIBILIDADE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE.

LEGITIMIDADE ATIVA. COMPANHEIRO LESADO PELA CONDUTA DO SÓCIO. ARTIGO ANALISADO: 50 DO CC/02. 1. Ação de dissolução de união estável ajuizada em 14.12.2009, da qual foi extraído o presente recurso especial, concluso ao Gabinete em 08.11.2011. 2. Discute-se se a regra contida no art. 50 do CC/02 autoriza a desconsideração inversa da personalidade jurídica e se o sócio da sociedade empresária pode requerer a desconsideração da personalidade jurídica desta. 3. A desconsideração inversa da personalidade jurídica caracteriza-se pelo afastamento da autonomia patrimonial da sociedade para, contrariamente do que ocorre na desconsideração da personalidade propriamente dita, atingir o ente coletivo e seu patrimônio social, de modo a responsabilizar a pessoa jurídica por obrigações do sócio controlador. 4. É possível a desconsideração inversa da personalidade jurídica sempre que o cônjuge ou companheiro empresário valer-se de pessoa jurídica por ele controlada, ou de interposta pessoa física, a fim de subtrair do outro cônjuge ou companheiro direitos oriundos da sociedade afetiva. 5. Alterar o decidido no acórdão recorrido, quanto à ocorrência de confusão patrimonial e abuso de direito por parte do sócio majoritário, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ. 6. Se as instâncias ordinárias concluíram pela existência de manobras arquitetadas para fraudar a partilha, a legitimidade para requerer a desconsideração só pode ser daquele que foi lesado por essas manobras, ou seja, do outro cônjuge ou companheiro, sendo irrelevante o fato deste ser sócio da empresa. 7. Negado provimento ao recurso especial. [...]

Desta forma, conclui-se que o instituto da desconsideração jurídica ao inverso, é aplicado quando comprovado que o sócio está se beneficiando da empresa e violando o princípio da autonomia patrimonial com objetivo de fraudar os seus credores particulares ou quando o cônjuge utilizada a empresa para desviar seus bens com o intuito de não partilha-los no momento do divórcio. Esta Aplicação do instituído deverá ser realizada com extrema cautela, devendo ser aplicado anteriormente a penhora das quotas ou ações do sócios, declaração de insolvência civil do sócio, ou penhora de seus dividendos, entre outras formas de quitação de dívida pessoal.

4 - A INDEVIDA APLICAÇÃO DO INSTITUTO DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA BASEADA EM CASOS PRÁTICOS

O instituto da desconsideração da personalidade jurídica nem sempre tem sido aplicado de forma correta, acarretando nos casos das sociedades empresárias uma crise com relação ao princípio da autonomia patrimonial. Por várias vezes a má utilização deste instituto é derivada da avaliação precária realizada pelos magistrados, a qual gera por muitas vezes a eliminação do princípio da separação entre pessoa jurídica e seus integrantes.¹¹⁶

Conforme o demonstrado no Agravo em recurso especial de nº 377.104 PR (2013/0243880-7) abaixo, o mesmo foi interposto por Antônio Perardt, contra decisão monocrática, e desafiando o acórdão

proferido pelo Tribunal de Justiça, emendando sobre a extinção irregular, de fato e não de direito, da sociedade executada, desconsideração da pessoa jurídica, a aparência de fraude proveniente da dissolução de fato. Penhora em valores depositados como depósitos em poupança. Falta de prova da origem dos valores penhorados, se referente aos frutos civis do trabalho de um dos cônjuges ou não. Meação. Proteção. Embargos de terceiro parcialmente acolhidos.¹¹⁷

AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 377.104 - PR (2013/0243880-7)
RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI AGRAVANTE : ANTÔNIO PERARDT
ADVOGADO : CASSIO LISANDRO TELLES E OUTRO (S) - PR015225 AGRAVADO :
MARLI DE OLIVEIRA FERREIRA E OUTROS ADVOGADO : NERII L CENZI E OUTRO
(S) - PR019368 INTERES. : MARTINA REITZ PERARDT DECISÃO Cuida-se de
agravo regimental (fls. 389-393, e-STJ), interposto por ANTÔNIO PERARDT, em
face de decisão monocrática da lavra deste signatário (fls. 384-386, e-STJ), que
negou provimento ao agravo interposto pelo ora insurgente. O apelo extremo,
fundado nas alíneas a e c do permissivo constitucional, desafia acórdão
proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado (fl.
225, e-STJ): EMBARGOS DE TERCEIRO. EXTINÇÃO IRREGULAR, DE FATO E NÃO
DE DIREITO, DA SOCIEDADE EXECUTADA. DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA
JURÍDICA. APARÊNCIA DE FRAUDE PROVENIENTE DA DISSOLUÇÃO DE FATO.
PENHORA EM VALORES DEPOSITADOS EM ESTABELECIMENTO DE CRÉDITO.
NÃO CARACTERIZAÇÃO DOS DEPÓSITOS COMO DEPÓSITOS EM POUPANÇA.
FALTA DE PROVA DA ORIGEM DOS VALORES PENHORADOS -- SE REFERENTE
AOS FRUTOS CIVIS DO TRABALHO DE UM DOS CÔNJUGES OU NÃO. MEAÇÃO.
PROTEÇÃO. EMBARGOS DE TERCEIRO PARCIALMENTE ACOLHIDOS. APELAÇÃO
PROVIDA EM PARTE. RECURSO ADESIVO PROVIDO. [...]

Com fulcro no artigo 50 do Código Civil a parte alega que a simples finalização das atividades da empresa sem ao menos realizar o pagamento dos credores sociais, não basta como fundamento para aplicar o instituto da desconsideração da personalidade jurídica, sendo necessário a comprovação de desvio de finalidade ou confusão patrimonial.¹¹⁸

Art. 50: Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.

[...] Nas razões do recurso especial (fls. 291-301, e-STJ), o insurgente aponta, além de dissídio jurisprudencial, violação, pelo aresto estadual, ao artigo 50 do Código Civil. Sustenta, em síntese, que o encerramento das atividades da empresa, sem dissolução ou liquidação, não implica, por si só, em presunção de que houve fraude, má-fé ou desvio de finalidade, não podendo servir de fundamento para a desconsideração da personalidade jurídica.[...] [...]O insurgente aponta violação ao artigo 50 do Código Civil sustentando que o encerramento das atividades da empresa, sem dissolução ou liquidação, não implica, por si só, em presunção de que houve fraude, má-fé ou desvio de finalidade, não podendo servir de fundamento para a desconsideração da

personalidade jurídica. Consoante asseverado na decisão agravada, o abuso da personalidade jurídica poderá acarretar em sua desconsideração quando caracterizado o desvio de finalidade ou a confusão patrimonial entre pessoa jurídica e seus sócios, podendo o juiz decidir que os efeitos de certas e determinadas obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica, conforme dispõe o art. 50 do CC. Na hipótese em relevo, o Tribunal de origem desconsiderou a personalidade jurídica da empresa executada, ante o encerramento irregular de suas atividades, consoante se verifica no seguinte trecho do acórdão em testilha (fls. 266-267, e-STJ): No caso, o primeiro embargante era sócio da Indústria e Comércio de Madeiras Antonio Perardt, empresa que se extinguiu, conforme confessado pelos dois sócios na contestação à ação de indenização e nestes autos pelos embargantes. Extinta, ao que tudo indica, de fato, não de direito. Simplesmente os sócios cerraram as portas da empresa sem proceder à sua dissolução e liquidação, sem o pagamento dos credores sociais, ou ao menos nada é dito em contrário nestes autos ou nos autos em apenso. E em situações como essa é possível a penhora em bens dos sócios, pela presunção de fato que se pode induzir do encerramento puro e simples das atividades empresariais: a presunção de que os sócios, ao assim agirem, desviaram, os bens sociais para o seu próprio patrimônio, em fraude evidente aos credores da sociedade. [...]

A decisão do Tribunal a quo, a qual classificou a desconsideração da personalidade jurídica para a Indústria e Comércio de Madeiras Antonio Perardt de forma errônea, não conseguiu comprovar qualquer ato que caracterize o desvio de finalidade ou a confusão patrimonial, se baseando apenas na presunção de fraude decorrido do encerramento sem justificativas das suas atividades empresariais.¹¹⁹

[...] Da leitura do acórdão estadual, verifica-se que o Tribunal de piso não constatou qualquer ato que importe em desvio de finalidade ou confusão patrimonial, limitando-se a presumir a fraude ante o encerramento de fato das atividades da empresa. Portanto, ao assim decidir, o Tribunal a quo destoou da jurisprudência desta Corte, sendo desnecessário o reexame de provas para se aplicar o entendimento firme de que o encerramento irregular das atividades da empresa não enseja, de per si, a desconsideração da personalidade jurídica, sendo imprescindível, ainda, a ocorrência de desvio de finalidade ou confusão patrimonial, circunstâncias não demonstradas no presente caso. [...]

Desta forma, o Superior Tribunal de Justiça deu provimento ao agravo regimental para que seja reconsiderada a decisão singular, assim afastando a aplicação do instituto da desconsideração da personalidade jurídica.¹²⁰

[...] Ante o exposto, dou provimento ao agravo regimental para reconsiderar a decisão singular de fls. 384-386, e-STJ e, de plano, conheço do agravo para, com fulcro no artigo 932, V, do CPC/15 c/c Súmula 568/STJ, dar provimento ao recurso especial, afastando a desconsideração da personalidade jurídica na hipótese, nos termos da fundamentação supra. Publique-se. Intimem-se. Brasília (DF), 08 de agosto de 2018. MINISTRO MARCO BUZZI Relator. (STJ - AgRg no AREsp: 377104 PR 2013/0243880-7, Relator: Ministro MARCO BUZZI, Data de Publicação: DJ 21/08/2018)

Diante da análise do Recurso Especial de nº 1.838.009 - RJ (2018/0066385-), o qual foi ajuizado por EMPRESA BRASILEIRA DE SOLDA ELÉTRICA S.A - EDSE contra o CONSÓRCIO ALUSA - MPRE e a empresa ALUMINI ENGENHARIA S.A, com o intuito de requerer que seja aplicado o instituto da desconsideração da personalidade jurídica, baseado na presunção de fraude derivada da alienação do controle societário pelos sócios da mesma.¹²¹

[...]EMPRESA BRASILEIRA DE SOLDA ELÉTRICA S.A. - EBSE (EBSE) ajuizou execução contra o CONSÓRCIO ALUSA - MPE (CONSÓRCIO ALUSA) e a ALUMINI ENGENHARIA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (ALUMINI), objetivando o recebimento de R\$ 4.903.052,52 (quatro milhões, novecentos e três mil, cinquenta e dois reais e cinquenta e dois centavos), representados por Instrumento Particular de Confissão de Dívida, firmado aos 7/8/2014, que foi suspensa pelo Juízo a quo, tendo em vista o deferimento do pedido de recuperação judicial desta última. No curso da ação, EBSE requereu a desconsideração da personalidade jurídica da ALUMINI para incluir ALUPAR INVESTIMENTO S.A. (ALUPAR) no polo passivo da demanda, sob alegação de fraude quando da alienação do controle societário pelos sócios daquela. [...]

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro ao receber o recurso acatou o pedido da empresa EBSE e manteve a aplicação do instituto da desconsideração da personalidade jurídica, com base na pretensão da ocorrência de uma confusão patrimonial entre ALUSA e ALUPAR. Sendo esta decisão de acordo com o Magistrado de 1º grau, o qual estabeleceu que a empresa ALUPAR deveria entrar no polo passivo sem a devida apreciação das alegações fáticas e o acervo probatório.¹²²

[...]O TJRJ manteve a desconsideração da personalidade jurídica com base nos seguintes fundamentos: Insta salientar que se permite a desconsideração da personalidade jurídica de forma indireta, em que se levanta o véu da empresa controlada, coligada ou subsidiária integral, para atingir o patrimônio da empresa controladora. Portanto, ao atacar o patrimônio da executada, em razão da desconsideração, para adimplir o crédito exequendo, será alcançada qualquer empresa derivada desta, ou pertencente ao mesmo grupo econômico. Verificamos assim que, para tanto, é essencial a presença do elemento subjetivo destinado a proteger uma ilicitude pela autonomia existencial da pessoa jurídica e distinção patrimonial com os bens da empresa coligada, sendo imprescindível o convencimento do magistrado da intenção de fraudar e da consequente atuação obscura sob o manto da proteção corporativa. [...]

Ao contrato do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, o Superior Tribunal de Justiça, em seu voto apresentou que não é cabível a aplicação do instituto da desconsideração da personalidade jurídica, impedindo desta forma que o patrimônio da empresa ALUPAR seja utilizado para fim de quitação das dívidas da sociedades, destacando que os meros indícios de abuso de personalidade jurídica da sociedades ou confusão patrimonial, não são suficientes para aplicar a desconsideração da personalidade jurídica, conforme disposto no artigo 50 do Código Civil e baseado no artigo de Flávio

Tartuce, publicado no Jusbrasil sobre a “Lei da Liberdade Econômica e seus principais impactos para o Direito Civil”.¹²³

Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.

§ 1º Para os fins do disposto neste artigo, desvio de finalidade é a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza.

§ 2º Entende-se por confusão patrimonial a ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada por:

I - cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa;

II - transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, exceto os de valor proporcionalmente insignificante;

III - outros atos de descumprimento da autonomia patrimonial.

§ 3º O disposto no caput e nos §§ 1º e 2º deste artigo também se aplica à extensão das obrigações de sócios ou de administradores à pessoa jurídica.

§ 4º A mera existência de grupo econômico sem a presença dos requisitos de que trata o caput deste artigo não autoriza a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica.

§ 5º Não constitui desvio de finalidade a mera expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.

Conforme exposto do trecho abaixo destacado do artigo de Flávio Tartuce, o mesmo trouxe base para esta decisão no sentido de sempre deverá ser obedecido os critérios para a aplicação do instituto da desconsideração da personalidade jurídica, que são desvio de finalidade e confusão patrimonial, com fulcro no artigo 50 do Código Civil, estabelecendo assim uma segurança jurídica.¹²⁴

Com relação ao desvio de finalidade, o mesmo tem como requisito essencial a intenção de lesionar o credor, tendo a presença dolo, o qual somente é aplicado pela corte exclusivamente em casos de encerramento irregular das atividades, quando é realizado a alteração de informações diante dos órgãos competentes e no caso de encerramento das atividades sem o cumprimento das obrigações.¹²⁵

[...] Os novos parágrafos, que foram incluídos, desde o texto da Medida Provisória, trazem critérios objetivos para a incidência da desconsideração nas relações entre civis, em prol de uma suposta certeza e segurança jurídica. Advirta-se que essa norma não se aplica à desconsideração da personalidade jurídica prevista em outros sistemas, como no Código de Defesa do Consumidor, na legislação ambiental (Lei n. 9.605/1998) e na (Lei n. /2013). Os dois critérios alternativos previstos no caput do art. 50 do CC/2002 –

precursores da chamada teoria maior da desconsideração - são o desvio de finalidade e a confusão patrimonial. A respeito do desvio de finalidade, a norma passaria a estabelecer como requisito fundamental o elemento doloso ou intencional na prática da lesão ao direito de outrem ou de atos ilícitos, para que o instituto fosse aplicado. [...] (TARTUCE, 2019, p.01)

[...]Como é notório, a Corte tem exigido o dolo apenas para os casos de encerramento irregular das atividades, quando a empresa as encerra sem honrar com as suas obrigações e altera formalmente as informações perante os órgãos competentes (STJ, EREsp 1.306.553/SC, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Segunda Seção, julgado em 10/12/2014, DJe 12/12/2014). Como defendi em texto anterior, a melhor redação do comando ficaria com a seguinte dicção: “Para fins do disposto neste artigo, desvio de finalidade é a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza”. [...] (TARTUCE, 2019, p.09)

Por fim, se tratando da confusão patrimonial, os requisitos para sua aplicação foram estabelecidos na Medida Provisória nº 881, a qual trouxe que aplica-se o mesmo quando a sociedade cumprir obrigações que são particulares dos sócios ou administradores, transferências de ativos e passivos sem a devida justificativa, e outros atos de descumprimento da autonomia patrimonial.¹²⁶

[...] Sobre a confusão patrimonial, foram mantidos os parâmetros objetivos que estavam previstos na Medida Provisória n. 881, sem qualquer modificação, a saber: a) o cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa; b) a transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, exceto os de valor proporcionalmente insignificante; e c) outros atos de descumprimento da autonomia patrimonial. [...] ¹²⁷

Analisando o Agravo no Recurso especial de nº 1.498.568 - SP (2014/0299571-2), o qual foi interposto por Ana Paula Ruggieri Baiochi e Outros contra W E S TEXTIL LTDA, tratando sobre “Deserção. Recolhimento em guia diversa da especificada na resolução do STJ. GRU Simples. GRU cobrança. Princípio da instrumentalidade das formas. Aplicação. Deserção afastada. Precedente da corte especial. Desconsideração da personalidade jurídica. Requisitos do art. 50 do CC”. A Corte de origem constatou que era possível a aplicação do instituto da desconsideração da personalidade jurídica em face da empresa W W S TEXTIL LTDA, pelo simples fato da empresa ter sido encerrada sem a devida reserva dos bens para responder pelas suas dívidas, revelando assim o abuso de sua personalidade jurídica. Ao contrato da Corte de Origem o Superior Tribunal de Justiça decidiu que com relação ao instituto desconsideração da personalidade jurídica, é demonstrado que o simples encerramento das atividades ou dissolução da sociedade, apesar de ser o encerramento irregular, não é o bastante para a aplicação do referido instituto, conforme o artigo 50 do Código Civil. ¹²⁸

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. ART. 50 DO CC/2002. ABUSO DA PERSONALIDADE. DESVIO DE FINALIDADE OU CONFUSÃO PATRIMONIAL. REQUISITOS. ENCERRAMENTO IRREGULAR DA SOCIEDADE. INSUFICIÊNCIA.

1. A desconsideração da personalidade jurídica é medida excepcional e está subordinada à comprovação do abuso da personalidade

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. ALEGAÇÃO GENÉRICA. INOVAÇÃO EM SEDE DE AGRAVO REGIMENTAL. IMPOSSIBILIDADE. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. ART. 50 DO CC/2002. TEORIA MAIOR. DISSOLUÇÃO IRREGULAR. INSUFICIÊNCIA E INEXISTÊNCIA DE PROVA. AFERIÇÃO DA PRESENÇA DOS ELEMENTOS AUTORIZADORES DA TEORIA DA DISREGARD DOCTRINE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

[...] 2. A teoria da desconsideração da personalidade jurídica (disregard of legal entity doctrine) incorporada ao nosso ordenamento jurídico tem por escopo alcançar o patrimônio dos sócios-administradores que se utilizam da autonomia patrimonial da pessoa jurídica para fins ilícitos, abusivos ou fraudulentos, nos termos do que dispõe o art. 50 do CC: comprovação do abuso da personalidade jurídica, mediante desvio de finalidade ou de confusão patrimonial, em detrimento do interesse da própria sociedade e/ou com prejuízos a terceiros. Precedentes.

3. A mera demonstração de insolvência da pessoa jurídica ou de dissolução irregular da empresa sem a devida baixa na junta comercial, por si sós, não ensejam a desconsideração da personalidade jurídica. Precedentes. [...]

Com relação ao Recurso Especial de nº1.86.162 - SP (2016/0297682-6), sendo interposto por MOROCO PARTICIPAÇÕES E COMERCIO LTDA, em desfavor da empresa PIPRAUTO VEICULOS LTDA - MASSA FALIDA, o qual apresentou que ocorreu dissídio jurisprudencial e violação dos artigos 50,113,187,421,422,265,1052,2035 do Código Civil e requereu que seja desconsiderado a personalidade do agravado baseado no fato de que pôr a empresa recorrente ser sócia da majoritária da empresa PIPRAUTO, a mesma deverá arcar juntamente com os efeitos da falência.¹²⁹

No caso concreto, observa-se que a agravante reconhece claramente que apenas assumiu a condição de sócia majoritária da falida (detentora de 60% das quotas sociais), para garantir o ressarcimento de elevada quantia em dinheiro (U\$ 750.000,00). (e-STJ fl. 3738)

O Tribunal a quo estabeleceu que a recorrente foi participante de forma decisiva, intencional, e foi fundamental para a falência da PIPRAUTO, pois fez com o que objeto social da empresa deixasse de ser cumprido, e foi praticado a violação dos princípios da função social da empresa e o da boa - fé, desta forma, devendo se responsabilizar pelos efeitos decorridos da falência.¹³⁰

É dizer, consoante o exposto nos autos, a agravante apenas se manteve como sócia da RIPRAUTO para satisfazer o seu interesse patrimonial, voltando sua atuação, ainda que omissiva, integralmente a este fim, o que não coincide com o objeto social da falida e, portanto, foi decisivo para o encerramento das atividades da empresa. Neste passo, deixando a agravante de agir pautada na boa-fé ao ingressar nos quadros da falida e, considerando que em momento algum se preocupou com o sucesso da empresa a fim de que pudesse gerar empregos e promover a circulação de bens e riqueza (função social), é evidente que contribuiu para que o objeto social da RIPRAUTO deixasse de ser perseguido, o que foi essencial para a decretação da falência. (e-STJ fl. 3739)

Por sua vez, o Superior Tribunal de Justiça, reconheceu por unanimidade que os juízes de origem não agiram corretamente perante a legislação vigente, ao reconhecerem que fossem estendidos os efeitos da falência de RIPRAUTO a recorrente, pelo simples fato da mesma ser sua sócia majoritária conforme os julgados: Resp 968.564/RS, (Quinta Turma, Dje 2/3/2009); AgRg no REsp 762.555/SC (Quarta Turma, Dje 25/10/2012).¹³¹

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE FALÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. INVIABILIDADE. INCIDÊNCIA DO ART. 50 DO CC/02. APLICAÇÃO DA TEORIA MAIOR DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. ALCANCE DO SÓCIO MAJORITÁRIO. NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS.

[...]3. A regra geral adotada no ordenamento jurídico brasileiro, prevista no art. 50 do CC/02, consagra a Teoria Maior da Desconsideração, tanto na sua vertente subjetiva quanto na objetiva.

4. Salvo em situações excepcionais previstas em leis especiais, somente é possível a desconsideração da personalidade jurídica quando verificado o desvio de finalidade (Teoria Maior Subjetiva da Desconsideração), caracterizado pelo ato intencional dos sócios de fraudar terceiros com o uso abusivo da personalidade jurídica, ou quando evidenciada a confusão patrimonial (Teoria Maior Objetiva da Desconsideração), demonstrada pela inexistência, no campo dos fatos, de separação entre o patrimônio da pessoa jurídica e os de seus sócios.

5. Os efeitos da desconsideração da personalidade jurídica somente alcançam os sócios participantes da conduta ilícita ou que dela se beneficiaram, ainda que se trate de sócio majoritário ou controlador. [...]

Após decisão do Superior Tribunal de Justiça, os autos retornaram ao juízo a quo, o qual realizou nova apreciação da questão e concluiu que a recorrente teve participação ativa na atividade empresarial da empresa PIRAUTO, pois praticava ações como a indicação do sócio gerente. Desta forma, sendo comprovada que houve sim a participação da recorrente em atos abusivos que lesaram os interesses dos credores, sendo a mesma responsável. O Tribunal de Justiça de São Paulo, concordou com o

posicionamento do Juiz a quo, tendo o entendimento que foi comprovado que a recorrente teve envolvimento direto na prática dos atos ilícitos, se tornando assim, desvio de finalidade.¹³²

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente monografia abordou a questão da indevida utilização do instituto da desconsideração da personalidade jurídica, tratando de alguns tópicos específicos que são extremamente importantes para a compreensão final do tema central, como os aspectos históricos da pessoa jurídica, as teorias aplicáveis à pessoa jurídica, a personalidade jurídica, a capacidade das pessoas jurídicas, as responsabilidades das pessoas jurídicas, o princípio da autonomia patrimonial, os aspectos históricos do instituto da desconsideração da personalidade jurídica, a teoria da desconsideração da personalidade jurídica de acordo com a teses de Rolf Serick, os critérios para se caracterizar a desconsideração da personalidade jurídica, a teoria da desconsideração da personalidade jurídica ao inverso, e a análise da indevida aplicação do instituto da desconsideração da personalidade jurídica em casos práticos do Superior Tribunal de Justiça, com principal fundamento no artigo 50 do Código Civil.

Com relação à pessoa jurídica, a mesma iniciou sua criação na Roma Antiga e desde de então vem sendo aperfeiçoada, a mesma tem o objetivo de atender as necessidades da pessoa natural de atuar com personalidade jurídica na ordem civil, com seus direitos e deveres, podendo ser de direito público ou privado, interno ou externo. Apesar de ser constituída por pessoas naturais, as personalidades de ambas não se confundem, sendo esta uma das principais características da pessoa jurídica. São aplicáveis à pessoa jurídica quatro teorias principais, sendo elas a teoria da ficção a qual se subdivide em ficção legal e ficção doutrinária, teoria da realidade, teoria negativista e a teoria da instituição,

A personalidade jurídica é regulamentada pela legislação civil e nos direitos constitucionais de igualdade, vida e liberdade. Conforme o artigo 1º do Código Civil “Toda pessoa é capaz de direitos e deveres”, sendo estes adquiridos através de personalidade, sendo ela de pessoas naturais a qual se adquire ao nascimento, ou nas pessoas jurídicas a qual se adquire por meio da realização do registro do ato constitutivo, conforme os artigos 45, 1050 e 985 do Código Civil.

Se tratando da capacidade da pessoa jurídica, a mesma é adquirida pela pessoa jurídica no momento do seu registro no órgão competente, constituindo assim direitos patrimoniais, obrigacionais, de identificação, de sucessão, industriais e outros próprios da personalidade, conforme o artigo 52 do Código Civil “Aplica-se às pessoas jurídicas, no que couber, a proteção dos direitos da personalidade”.

E com relação a responsabilidade das pessoas jurídica a mesma ocorre tanto na esfera civil quanto na esfera penal, conforme a lei nº9.605/98, as mesmas serão responsáveis penalmente administrativamente e civilmente, em casos em que a infração seja cometida em benefício ou interesse de sua entidade, ou por seu órgão colegiado, ou através de contrato, ou pelos seus representantes legais.

O princípio da autonomia patrimonial de forma sucinta, estabelece que não se confundem os patrimônios dos sócios com os da pessoa jurídica, desta forma nem os sócios e nem a empresa poderão responder com os seus próprios bens por erros do outro, salvo em caso de desconsideração da personalidade jurídica, traz sendo assim uma segurança ao empresário.

O instituto da desconsideração da personalidade jurídica no início também se chamava de teoria do levantamento do véu ou teoria da penetração na pessoa física, a qual tem como finalidade de regulamentar e limitar o poder dos sócios perante as sociedades e impedir que os sócios/administradores realizem desvio de seus princípios e fins, como por exemplo a realização de fraudes. O mesmo se iniciou no final do século XIX na Inglaterra através do caso da empresa Aron Salomom Ltda, logo após entre 1915 e 1916 ocorreu o caso das entre as empresas *Daimler Co. Ltda. v. Continental Tyre & Rubber Co*, após a ocorrência destes casos, em 1953, Rolf Serick apresentou sua tese com o tema “Estatuto jurídico das pessoas jurídica e a realidade”, a qual foi fundamental para que este instituto fosse melhor regulamentado para sua possível aplicação. E desde então o instituto vem sendo aperfeiçoado, e conquistou maior apoio legal para sua aplicação, em 1975, de forma ainda não específica foi criado o artigo 59 no Projeto do Código Civil e no mesmo ano foi escrito o artigo de Rubens Requião “Abuso de direito e fraude através da personalidade jurídica”, e posteriormente em 1990 foi regulamentado de forma decisiva no Código de Defesa do Consumidor, sobre as relações de consumo, e em 2002 no Código Civil em seu artigo 50, o qual tratou das relações entre sócios e empresa.

O critérios primordiais para caracterizar a aplicação do instituto da desconsideração da personalidade jurídica são o abuso de personalidade, o qual é caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial. A simples dissolução irregular das sociedades não pode servir como fundamento para a aplicação deste instituto, sendo a que a mesma ocorre quando os sócios não seguem os requisitos legais para findas uma sociedades conforme as Instruções Normativas nº 98/2003 e 100/2006 do Departamento Nacional de Registro e Comércio.

A teoria da desconsideração da personalidade jurídica ao inverso, trata da situação em que o sócio utiliza a empresa de forma errônea para conseguir violar o direito dos seus credores particulares, realizando assim a transferência os seus bens particulares para a empresa, desta forma o poder judiciário deverá desconsiderar a personalidade jurídica da empresa para que os credores particulares dos sócios consigam liquidar suas dívidas com os patrimônios pertencentes a empresa.

De exposto conclui-se que, como resposta ao problema inicial, foi realizada a análise em casos práticos com relação a indevida aplicação do instituto da desconsideração da personalidade jurídica, nos quais foram identificados como fundamentos para justificar que a aplicação foi indevida o fato de que a simples alegação de encerramento de atividades sem a dissolução ou liquidação com os credores, sem a mínima presunção de que houve fraude, má-fé, desvio de finalidade ou confusão patrimonial, não é suficiente para se realizar a aplicação do instituto conforme o artigo 50 do Código Civil.

REFERÊNCIAS

^{1,48,49,50,56,57}ALONSO, Paulo. Pessoas Jurídicas. [S. l.], 2016. Disponível

em:<<https://www.revistadotribunais.com.br/maf/app/resultList/document?&src=rl&srguid=i0ad82d9a00000172b2dc9a17dc320b90&docguid=I141215c0f6f811e5b024010000000000&hitguid=I141215c0f6f811e5b024010000000000&spos=2&epos=2&td=4000&context=30&crumb-action=append&crumb-label=Documento&isDocFG=true&isFromMultiSumm=true&startChunk=1&endChunk=1>>. Acesso em: 06 de Maio de 2019.

^{7,8}ALVES, Alexandre Ferreira de Assumpção. A Pessoa Jurídica e os Direitos da Personalidade. 1ª edição. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Renovar Ltda., 1998.

⁵³AMARAL, Francisco. Direito Civil: introdução. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000, p. 271-272, apud, TOMAZETTE, Marlon. Curso de Direito Empresarial. 9ª edição, São Paulo, Editora Saraiva, 2018.

^{77,79}ARMANI, Wagner José Penereiro. O INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA COMO FORMA DE FORTALECIMENTO DO PRINCÍPIO DA AUTONOMIA PATRIMONIAL. Disponível em:<<https://www.revistadotribunais.com.br/maf/app/resultList/document?&src=rl&srguid=i0ad82d9a00000172a0a5047dcda17e5d&docguid=I588193608ed311e7b7a9010000000000&hitguid=I588193608ed311e7b7a9010000000000&spos=2&epos=2&td=4000&context=20&crumb-action=append&crumb-label=Documento&isDocFG=true&isFromMultiSumm=true&startChunk=1&endChunk=1>>. Acesso em: 10 de Junho de 2020.

³⁶BEVILÁQUA, Clóvis. Teoria Geral do Direito Civil. São Paulo: RED Livros, 1999, p. 81

¹¹⁰BIM, Eduardo Fortunato. Dissolução irregular da empresa não enseja a responsabilidade tributária de seus administradores. Disponível

em:<<https://www.revistadotribunais.com.br/maf/app/resultList/document?&src=rl&srguid=i0ad6adc6000000171739579f5a2fb9e41&docguid=I0970b440f25411dfab6f010000000000&hitguid=I0970b440f25411dfab6f010000000000&spos=2&epos=2&td=376&context=8&crumb-action=append&crumb-label=Documento&isDocFG=true&isFromMultiSumm=true&startChunk=1&endChunk=1>>. Acesso em: 10 de Abril de 2020.

^{112,113}BIANQUI, Pedro Henrique Torres. Desconsideração da personalidade jurídica no processo civil. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 58-59, apud, PALHARES, Felipe. A aplicação da teoria da desconsideração inversa da personalidade jurídica a luz do ordenamento jurídico brasileiro. Disponível em:<<https://www.revistadotribunais.com.br/maf/app/resultList/document?&src=rl&srguid=i0ad6adc60000017173bbcb1ea45b6c6a&docguid=I32fdc2a0f87911e4b81f010000000000&hitguid=I32fdc2a0f87911e4b81f010000000000&spos=1&epos=1&td=345&context=72&crumbaction=append&crumblab el=Documento&isDocFG=true&isFromMultiSumm=true&startChunk=1&endChunk=1>>. Acesso em: 10 de Abril de 2020.

^{65,66,69}BRASIL. Lei n. 10.406, 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 de jan. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 12 de Abril de 2020.

⁷³BRASIL. LEI nº 9.605, de 12 de Fevereiro de 1998. Presidência da República Casa Civil. [S. l.], 06 de Maio de 2019.

⁹²BRASIL. LEI nº 8.078, de 11 de Setembro de 1990. Presidência da República Casa Civil. [S. l.], 06 de Maio de 2019.

⁹⁴BRASIL. LEI nº 13.874, de 20 de Setembro de 2019. Presidência da República Casa Civil. [S. l.], 06 de Maio de 2019.

⁷⁶BRODT, Luis Augusto Sanzo. Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica: um estudo comparado. Disponível

em:<<https://www.revistadotribunais.com.br/maf/app/resultList/document?&src=rl&srguid=i0ad82d9b00000171707c471704f247ba&docguid=l345bc0b07e2b11e58add010000000000&hitguid=l345bc0b07e2b11e58add010000000000&spos=1&epos=1&td=4000&context=304&crumb-action=append&crumblabel=Documento&isDocFG=true&isFromMultiSumm=true&startChunk=1&endChunk=1>>. Acesso em: 12 de Abril de 2020.

^{83,85,88,96,103}CHAGAS, Edilson Enedino. Direito Empresarial Esquematizado, 5ª edição, São Paulo, Editora Saraiva, 2018.

CEOLIN, Ana Caroline Santos. Abusos na aplicação da teoria da desconsideração da pessoa jurídica. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

^{37,38,39}CORDEIRO, Marília Nadir de Albuquerque. Da personalidade jurídica. Disponível em:<<https://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/46439/da-personalidade-juridica>>. Acesso em 17 de Novembro de 2019.

⁴⁶COELHO, Fábio Ulhoa. Manual de Direito Comercial. São Paulo: Thomson Reuters Revista dos Tribunais, 2011.

^{51,95,97,102,116}COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial, 16ª edição, São Paulo, Editora Saraiva,2012.

⁸²COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial, 23ª edição, São Paulo, Editora Saraiva,2014

^{40,41,42}CUNHA, Douglas. Personalidade Jurídica. Disponível

em: <<https://douglascr.jusbrasil.com.br/artigos/176046754/personalidade-juridica>>. Acesso em 17 de Novembro de 2019.

^{107,109}CRUZ, André Santana. Dissolução Irregular de sociedade e desconsideração da personalidade jurídica. Disponível

em:<<http://genjuridico.com.br/2016/11/18/jurisprudencia-comentada-dissolucao-irregular-de-sociedade-e-desconsideracao-da-personalidade-juridica/>>. Acesso em: 10 de Abril de 2020.

²DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. Volume 01. Ed. 18. Saraiva: São Paulo, 2002.

^{34,67}DINIZ, Maria Helena, Código Civil Anotado, 10ª edição, São Paulo, Editora Saraiva, 2004.

⁷²FERNANDES, Diogo Cunha Lima. Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/responsabilidade-penal-da-pessoa-juridica/>>. Acesso em 17 de Novembro de 2019.

¹⁰⁸FERREIRA, Rafael Belitzck. A dissolução irregular da sociedade empresária e a paralisação da empresa: controvérsias jurídicas. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-116/a-dissolucao-irregular-da-sociedade-empresaria-e-a-paralisacao-da-empresa-controversias-juridicas/>>. Acesso em: 10 de Abril de 2020.

⁹⁸FIUZA, César, Direito Civil: Curso Completo, 10ª edição revista, atualizada e ampliada, Belo Horizonte, Del Rey, 2007.

^{78,80}FURTADO, Jorge Henrique da Cruz Pinto. Curso de direito das sociedades. Coimbra: Almedina, 2004. p. 246-247, apud, GONÇALVES, Oksandro. OS PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO COMERCIAL AUTONOMIA PATRIMONIAL DA PESSOA JURÍDICA, LIMITAÇÃO E SUBSIDIARIEDADE DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS PELAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS. Disponível

em:<<https://www.revistadotribunais.com.br/maf/app/resultList/document?&src=rl&srguid=i0ad82d9a00000172a0a5047dcda17e5d&docguid=l4c3acb70435c11e2811b010000000000&hitguid=l4c3acb70435c11e2811b010000000000&spos=1&epos=1&td=4000&context=11&crumb-action=append&crumb-label=Documento&isDocFG=true&isFromMultiSumm=true&startChunk=1&endChunk=1>>.Acesso em: 10 de Junho de 2020.

⁷⁵GOMES, Luiz Flávio; CUNHA, Rogério Sanches (Coord.). Legislação Criminal Especial. São Paulo: RT, 2009.

⁸¹GONÇALVES, Oksandro. OS PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO COMERCIAL AUTONOMIA PATRIMONIAL DA PESSOA JURÍDICA, LIMITAÇÃO E SUBSIDIARIEDADE DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS PELAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS. Disponível

em:<<https://www.revistadotribunais.com.br/maf/app/resultList/document?&src=rl&srguid=i0ad82d9a00000172a0a5047dcda17e5d&docguid=l4c3acb70435c11e2811b010000000000&hitguid=l4c3acb70435c11e2811b010000000000&spos=1&epos=1&td=4000&context=11&crumb-action=append&crumb-label=Documento&isDocFG=true&isFromMultiSumm=true&startChunk=1&endChunk=1>>.Acesso em: 10 de Junho de 2020.

GONÇALVES, Maria Gabriela Venturoti Perrotta Rios; GONÇALVEZ, Victor Eduardo Rios. Direito Comercial direito de empresa e sociedades empresárias. Volume 21. 3ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

JUNIOR, Fazzio Waldo. Manual de Direito Comercial. 7ª edição. São Paulo: Atlas S.A, 2006.

LGOW, Carla Wainer Chalhó. Pessoas Jurídicas e Direitos da Personalidade – Pessoa Jurídica pode sofrer danos extrapatrimonial? Disponível

em: <<https://www.revistadotribunais.com.br/maf/app/delivery/document#>>. Acesso em: 06 de Maio de 2019.

MULTCARPO, Dicionário online de Latim. Disponível

em: <<https://www.multcarpo.com.br/latim.htm>>. Acesso em 06 de Maio e 2019

MARTINS, Fran. Curso de Direito Comercial. 34ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

³⁵NADER, Paulo. Curso de Direito Civil, Parte Geral. Vol.1. Rio de Janeiro: Forense, 2006, p. 183.

⁴⁷PAULO, Juliana Moura. Sociedades não personificadas: sociedade em conta por participação e sociedade comum. Disponível

em:<<https://julianamourap.jusbrasil.com.br/artigos/190271828/sociedades-nao-personificadas-sociedade-em-conta-por-participacao-e-sociedade-comum>>. Acesso em: 09 de Abril de 2020.

¹¹¹PALHARES, Felipe. A aplicação da teoria da desconsideração inversa da personalidade jurídica a luz do ordenamento jurídico brasileiro. Disponível

em:<<https://www.revistadotribunais.com.br/maf/app/resultList/document?&src=rl&srguid=i0ad6adc60000017173bbcb1ea45b6c6a&docguid=l32fdc2a0f87911e4b81f010000000000&hitguid=l32fdc2a0f87911e4b81f010000000000&spos=1&epos=1&td=345&context=72&crumb-action=append&crumblabel=Documento&isDocFG=true&isFromMultiSumm=true&startChunk=1&endChunk=1>>. Acesso em: 10 de Abril de 2020.

PIMENTA, Adriana Campos de Souza Freire; ZAMBONINI, Leonardo Evangelista de Souza. A reforma trabalhista e a desconsideração da personalidade jurídica. Rev. Trib. Reg. Trab. 3ª Reg., Belo Horizonte, edição especial, p. 67 – 96. Nov. 2017.

^{13,18,21}RODAS, João Grandino. A evolução que criou a pessoa jurídica merece ser conhecida. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-abr-21/olhar-economico-evolucao-criou-pessoa-juridica-merece-conhecida>>. Acesso em 17 de Novembro de 2019.

⁸⁶REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. v.1.

^{54,62}REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial, 29ª edição. São Paulo, Editora Saraiva, 2012.

⁶⁴SALOMÃO, Leandro. Pessoa Jurídica e suas responsabilidades. Disponível

em:<<https://leandromichenin.jusbrasil.com.br/artigos/440567940/pessoa-juridica-e-suas-responsabilidades>>. Acesso em 17 de Novembro de 2019.

^{26,28,30,31,52,55}SANTOS, Ivonildo Reis. DIREITO CIVIL – DAS PESSOAS JURÍDICAS. Disponível em: <<https://juridicocerto.com/p/ivonildo-reis-santo/artigos/direito-civil-das-pessoas-juridicas-1682>>. Acesso em 16 de Novembro de 2019.

⁴⁵SERPA LOPES, Miguel Maria de. Curso de direito civil. Vol 1. 6ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1988, p. 254

⁷⁴SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO ESPECIAL REsp 610114 RN 2003/0210087-1. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/7179272/recurso-especial-resp-610114-rn-2003-0210087-0/inteiro-teor-12919587?ref=amp>>. Acesso em: 12 de Abril de 2020, apud, BRODT, Luis Augusto Sanzo. Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica: um estudo comparado. Disponível em: <<https://www.revistadoatribunais.com.br/maf/app/resultList/document?&src=rl&srguid=i0ad82d9b00000171707c471704f247ba&docguid=I345bc0b07e2b11e58add010000000000&hitguid=I345bc0b07e2b11e58add010000000000&spos=1&epos=1&td=4000&context=304&crumb-action=append&crumblabel=Documento&isDocFG=true&isFromMultiSumm=true&startChunk=1&endChunk=1>>. Acesso em: 12 de Abril de 2020.

¹¹⁵SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO ESPECIAL: REsp 948117 Ms 2007/0045262-5. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/15661975/recurso-especial-resp-948117-ms-2007-0045262-5/inteiro-teor-15661976>>. Acesso em: 10 de Abril de 2020, apud, PALHARES, Felipe. A aplicação da teoria da desconsideração inversa da personalidade jurídica a luz do ordenamento jurídico brasileiro. Disponível

em:<<https://www.revistadoatribunais.com.br/maf/app/resultList/document?&src=rl&srguid=i0ad6adc60000017173bbcb1ea45b6c6a&docguid=I32fdc2a0f87911e4b81f010000000000&hitguid=I32fdc2a0f87911e4b81f010000000000&spos=1&epos=1&td=345&context=72&crumb-action=append&crumblabel=Documento&isDocFG=true&isFromMultiSumm=true&startChunk=1&endChunk=1>>. Acesso em: 10 de Abril de 2020.

¹¹⁴SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. STJ aplica desconsideração inversa de personalidade jurídica para proteger direito de cônjuge em partilha. Disponível

em:<https://stj.jusbrasil.com.br/noticias/112144826/stj-aplica-desconsideracao-inversa-de-personalidade-juridica-para-protger-direito-de-conjuge-em-partilha>. Acesso em: 10 de Abril de 2020.

^{117,118,119,120}SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Superior Tribunal de Justiça STJ - AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL: AgRg no AREsp 377104 PR 2013/0243880-7.

Disponível em:<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/615498109/agrg-no-agrvo-em-recurso-especial-agrg-no-aresp-377104-pr-2013-0243880-7?ref=juris-tabs>>. Acesso em: 05 de Junho de 2020.

^{121,122,123,124,125,126}SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO ESPECIAL Nº 1.838.009 - RJ (2018/0066385-7). Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201800663857&dt_publicacao=22/11/2019>. Acesso em: 05 de Junho de 2020.

¹²⁸SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.498.568 - SP (2014/0299571-2). Disponível

em:<https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201402995712&dt_publicacao=14/12/2015>. Acesso em: 05 de Junho de 2020.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 252.024 - SP (2012/0232526-0)Disponível

em:<https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201202325260&dt_publicacao=10/11/2014>. Acesso em: 05 de Junho de 2020.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO ESPECIAL Nº 1.686.162 - SP (2016/0297682-6). Disponível em:

<https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201602976826&dt_publicacao=03/12/2019>. Acesso em: 05 de Junho de 2020.

^{129,130,131,132}SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Superior Tribunal de Justiça STJ - RECURSO ESPECIAL : REsp 1674162 MG 2017/0121651-1 - Inteiro Teor. Disponível

em:<<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/643013800/recurso-especial-resp-1674162-mg-2017-0121651-1/inteiro-teor-643013808>>. Acesso em: 05 de Junho de 2020.

TARTUCE, Flávio, Manual de Direito Civil. Volume único. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2011.

TARTUCE, Flávio. Manual de Direito Civil. 10ª edição. São Paulo: editora método, 2019.

^{84,87,106}TARTUCE, Flávio. Direito Civil: Lei de Introdução e parte geral. 13ª edição. São Paulo: Editora Forense, 2017.

¹²⁷TARTUCE, Flávio. A Lei da Liberdade Econômica (Lei 13.874/2019) e os seus principais impactos para o Direito Civil - parte I. [S. l.], 2019. Disponível

em:<<https://flaviotartuce.jusbrasil.com.br/artigos/760633426/a-lei-da-liberdade-economica-lei-13874-2019-e-os-seus-principais-impactos-para-o-direito-civil-parte-i>>. Acesso em: 14 jun. 2020.

⁹⁹TEPEDINO, Gustavo. A excepcionalidade da desconsideração da personalidade jurídica. Disponível em: <<https://www.revistadotribunais.com.br/maf/app/delivery/document>>. Acesso em 06 de Maio de 2019.

¹⁰⁴THEODORO JR., Humberto. Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento e procedimento comum. Vol. I. 56. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

^{100,101}TOMAZETTE, Marlon. Curso de Direito Empresarial. 9ª edição, São Paulo, Editora Saraiva, 2018

⁵⁸VENOSA, Sílvio de Salvo, Direito Civil: Parte Geral, 6ª edição, São Paulo, Atlas, 2006, apud, ALONSO, Paulo Sérgio Gomes. Pessoas Jurídicas. Revista de Direito Empresarial. Disponível em:<<https://www.revistadotribunais.com.br/maf/app/delivery/document>> Acesso em 06 de Maio de 2019.

¹⁰⁵VENOSA, Sílvio de Salvo, Direito Civil: Parte Geral, 6ª edição, São Paulo, Atlas, 2006.

^{22,23,24,25,27,29,32,33,61,63,68,71,89,90,91,93}VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil, 15ª edição, São Paulo, Editora Atlas, 2015.

⁷⁰WALD. Arnoldo. Direito Civil: Direito das Coisas, 14ª edição, São Paulo, Editora Saraiva, 2015.

NOTAS

Nota 3

Sodalicia: grupo ou sociedade de pessoas que vivem juntas ou que convivem numa agremiação; contubérnio, irmandade, confraria.

Nota 4

Collegia: faculdades.

Nota 5

Fiscu: É a reunião de diversas instituições do estado destinadas à arrecadação de impostos; o mesmo que fazenda pública, tesouro público, erário.

Nota 6

Pater Familias: Pai de família. O mais elevado elevador estatuto familiar na Roma Antiga.

Nota 9

Actorem vel syndicum: representação judicial.

Nota 10

Arcam habere: patrimônio próprio.

Nota 11

Universitas de societas: Universalidade de sociedades.

Nota 12

Societas: Sociedades.

Nota 14

Persona collegii: A pessoa faculdade.

Nota 15

Persona universitatis: Universidade de pessoa.

Nota 16

Persona representata: Pessoa representada.

Nota 17

Persona ficta: Pessoa Ficção.

Nota 19

Sive: Ou.

Nota 20

Intellectualis: Intelectual.

Nota 59

Art. 17. As pessoas jurídicas serão representadas, ativa e passivamente, nos atos judiciais e extrajudiciais, por quem os respectivos estatutos designarem, ou, não o designando, pelos seus diretores.

Nota 60

Art. 48. Se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões se tomarão pela maioria de votos dos presentes, salvo se o ato constitutivo dispuser de modo diverso.